



Termo de Referência n.º 30/2025 - NOVACAP/PRES/DO/DPU/DPMA

TERMO DE REFERÊNCIA - CONTRATAÇÃO CONTINUADA DE EMPRESA, POR MEIO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS BETUMINOSOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP.

(À LUZ DA LEI Nº 13.303/2016)

QUADRO DE IDENTIFICAÇÕES E REVISÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA			
OBJETO:		Contratação continuada de empresa, por meio de Sistema de Registro de Preços, para o fornecimento de materiais betuminosos destinados ao atendimento das demandas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap.	
NÚMERO DO PROCESSO:		00112-00013582/2025-11	
REVISÃO	DESCRIÇÃO	DATA	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO
R01	Versão inicial	23/09/2025	Maurílio Tiberi Caldas - matrícula: 75.118-9 Roberto Perrella - matrícula: 74.806-4
R02	Versão 02	18/11/2025	Edervan Gomes de Oliveira - matrícula: 74.930-3 Maurílio Tiberi Caldas - matrícula: 75.118-9 Roberto Perrella - matrícula: 74.806-4
R03	Versão 03	09/12/2025	Edervan Gomes de Oliveira - matrícula: 74.930-3 Maurílio Tiberi Caldas - matrícula: 75.118-9 Roberto Perrella - matrícula: 74.806-4

SUMÁRIO

1. [DEFINIÇÕES E SIGLAS](#)
2. [FUNDAMENTO LEGAL](#)
3. [DA JUSTIFICATIVA](#)
4. [DEFINIÇÃO DO OBJETO](#)
5. [DAS CARACTERÍSTICAS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DA CONTRATAÇÃO](#)
6. [DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES, VALORES](#)
7. [DOCUMENTOS TÉCNICOS](#)
8. [DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES](#)
9. [VISITA E CONFERÊNCIA PRELIMINAR DE DOCUMENTOS](#)
10. [DAS PROPOSTAS](#)
11. [EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA](#)
12. [EXIGÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO](#)
13. [CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE](#)
14. [AUDITORIAS E INSPEÇÕES](#)
15. [PRAZOS, LOCAL, HORÁRIO E ENTREGA DO MATERIAL](#)
16. [HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO](#)
17. [DO PAGAMENTO](#)
18. [REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO](#)
19. [GARANTIAS](#)
20. [ALTERAÇÕES CONTRATUAIS](#)
21. [SUBCONTRATAÇÃO](#)
22. [DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE](#)
23. [AS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA](#)
24. [DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO](#)

- 25. [DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS](#)
- 26. [DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO](#)
- 27. [RECURSOS E ARBITRAGENS](#)
- 28. [MATRIZ DE RISCOS](#)
- 29. [BIBLIOGRAFIA](#)
- 30. [ELABORAÇÃO DOS TRABALHOS](#)
- 31. [MANIFESTAÇÃO DE APROVAÇÃO DO DEPARTAMENTO](#)

1. DEFINIÇÕES E SIGLAS

1.1. Definições

São apresentadas a seguir palavras chave, importantes para a compreensão deste Termo de Referência:

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: são as especificações técnicas do material a ser fornecido pela empresa contratada.

CONTRATADA: é a pessoa física ou jurídica signatária de Contrato com a Administração Pública.

CONTRATANTE: é o Órgão ou entidade signatária do instrumento contratual.

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO: declaração emitida pela Proponente de que tem pleno conhecimento das condições peculiares inerentes à natureza do objeto a ser contratado.

EXECUÇÃO INDIRETA: contratação de Órgão ou entidade da Administração Pública com terceiros.

EXECUTOR / FISCAL DO CONTRATO: empregado ou comissão de empregados da NOVACAP com qualificação técnica condizente com o objeto contratado, designado pelo Diretor da área demandante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato durante a sua vigência e obrigações posteriores, com dever de informar as não conformidades e indicar medidas punitivas ou corretivas a ser adotadas pelo gestor do contrato, se for o caso, e de atestar as faturas e as notas fiscais apresentadas pela CONTRATADA.

FISCALIZAÇÃO: é a atividade que deve ser realizada de modo sistemático pelo CONTRATANTE e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

GESTOR DO CONTRATO: empregado com capacidade gerencial, responsável pela gestão e supervisão do contrato, considerando o que prevê o instrumento e as normas internas da NOVACAP.

CUSTO UNITÁRIO: custo para execução de uma unidade de medida do item previsto.

PREÇO UNITÁRIO: preço referente a uma unidade de medida do item previsto. É igual ao custo unitário acrescido do valor de BDI considerado para o item.

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO: detalhamento do preço unitário do item, expressando a descrição, coeficientes de consumo, custos unitários dos materiais e serviços associados (frete), impostos e BDI relativos à execução de uma unidade de medida.

BDI: percentual a ser aplicado sobre o custo da obra ou serviço, evidenciando a taxa de rateio da administração, a taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento, a taxa de lucro e os percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluindo-se aqueles de natureza personalística que oneram o contratado.

PREPOSTO: pessoa física, sócio, dirigente ou empregado da CONTRATADA ou da CONTRATANTE, investido no poder de representá-lo nos atos referentes ao contrato, com designação expressa.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: é a comprovação de experiência na execução do objeto em questão.

REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: é o instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho constituído pelo Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, por meio da Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária realizada em 03 de junho de 2020.

1.2. Siglas

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

BDI: Benefícios e Despesas Indiretas.

NOVACAP: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

RLC: Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

2. FUNDAMENTO LEGAL

2.1. A execução do Objeto deste Termo de Referência tem amparo legal disposto na seguinte legislação:

2.1.1. Constituição Federal de 1988 (Inciso XXI do artigo 37);

2.1.2. Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais);

2.1.3. Lei nº 10.406/2002 (Código Civil);

2.1.4. Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho);

2.1.5. Lei nº 12.440/2011 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

2.1.6. Lei nº 9.069/1995 (Art. 28 - Reajuste anual);

2.1.7. Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte);

2.1.8. Decreto nº 8.945/2016 (Dispõe, no âmbito federal, sobre o estatuto jurídico da empresa pública);

2.1.9. Lei Distrital nº 4.611/2011 (Dispõe sobre tratamento preferencial e simplificado nas contratações pública microempresas e Empresas de Pequeno Porte);

- 2.1.10. Lei Distrital nº 6.112/2018 (Dispõe sobre a implementação de Programa de Integridade em pessoas jurídicas que firmem relação contratual com a administração pública do Distrito Federal);
- 2.1.11. Decreto Distrital nº 35.592/2014 (Regulamenta tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas e Empresas de Pequeno Porte);
- 2.1.12. Acórdão 1.502/2018 Plenário TCU (divulgação obrigatória do orçamento de referência);
- 2.1.13. Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP (RLC);
- 2.1.14. Parecer SEI-GDF n.º 132/2021 - NOVACAP/Pres/Dj/Decons (Reequilíbrio Econômico Financeiro).

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. Importância da Contratação

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – **NOVACAP** é responsável por executar e manter obras de infraestrutura fundamentais para o funcionamento e desenvolvimento do Distrito Federal. Entre suas atribuições destacam-se:

- Execução, conservação e manutenção de sistemas de **drenagem pluvial**;
- Execução, conservação e manutenção de **pavimentação asfáltica**;
- Operações de **conservação e recuperação de vias urbanas**;
- **Reparos e manutenção em equipamentos públicos**;
- **Produção de artefatos de concreto**;
- Execução, conservação e manutenção de **parques e jardins**.

Para atender com eficiência às demandas operacionais, especialmente no que se refere à pavimentação asfáltica, a NOVACAP dispõe de uma **usina própria de produção de asfalto**, operada pela **Divisão de Produção de Material (DPMA)**. A continuidade e eficiência dessa produção dependem da **aquisição regular de materiais betuminosos**, essenciais para a fabricação do asfalto utilizado nas obras realizadas pela Companhia e demais órgãos públicos.

3.2. Sobre os Materiais Betuminosos

Produtos betuminosos são materiais derivados do **betume** (asfalto natural ou asfalto proveniente do refino do petróleo) que são utilizados principalmente na construção de pavimentos rodoviários, impermeabilização e outras aplicações de engenharia civil. Eles têm como característica principal a **adesividade e impermeabilidade**, fundamentais para garantir a durabilidade e a resistência das obras.

3.2.1. CAP 30/45 (Cimento Asfáltico de Petróleo)

- **Descrição:** É um **ligante asfáltico puro**, obtido por destilação e processamento de petróleo, com penetração entre **30 e 45 décimos de milímetro**. É classificado como um CAP de **alta consistência**.
- **Características:**
 - Elevada resistência ao envelhecimento oxidativo.
 - Boa estabilidade sob altas temperaturas → **resiste bem ao afundamento por trilha de roda**.
 - Mais rígido que outros CAPs, o que o torna adequado para rodovias de tráfego intenso.
- **Principais Aplicações:**
 - **Misturas asfálticas densas a quente (CBUQ)** para rodovias e vias urbanas com tráfego elevado.
 - **Pavimentos de aeroportos e portos**, onde a resistência a deformações plásticas é essencial.
 - Obras de pavimentação que exigem alta durabilidade e suporte a cargas pesadas.
- **Vantagens:** Alta performance em climas quentes e sob cargas elevadas.
- **Cuidados:** Menor trabalhabilidade em baixas temperaturas, podendo exigir temperaturas mais altas de mistura e compactação.

3.2.2. CM-30 (Cimento Asfáltico Diluído de Cura Média)

- **Descrição:** É um ligante betuminoso fluido, resultante da mistura de **cimento asfáltico de petróleo (CAP)** com destilados médios de petróleo (querosene, gasóleos leves, etc.). Possui viscosidade intermediária.
- **Características:**
 - Apresenta uma velocidade de evaporação **moderada**, o que permite tempo adequado para penetração do ligante no material granular.
 - Usado em condições climáticas diversas, com bom desempenho em regiões de clima quente.
 - Proporciona **adesividade satisfatória** aos agregados minerais.
- **Principais Aplicações:**
 - **Imprimação de base granular:** sela a superfície da base, evitando penetração de água e melhorando a aderência da camada de revestimento.
 - **Tratamentos superficiais simples ou duplos** em vias de tráfego leve a médio.
 - **Estabilização de solos e bases**, ajudando na coesão e resistência inicial.
- **Vantagens:** Boa penetração, fácil aplicação a frio, maior segurança operacional do que asfaltos de cura rápida.
- **Cuidados:** Exige tempo de cura (horas ou até dias, dependendo da temperatura e ventilação) antes da aplicação da camada de revestimento.

3.2.3. RR-1C-E (Emulsão Asfáltica Catiônica de Rompimento Rápido – Tipo 1, Estabilizada)

- **Descrição:**
É uma **emulsão asfáltica catiônica de rompimento rápido (RR)**, modificada para melhorar a estabilidade (daí o “E” de **Estabilizada**). Contém **cimento asfáltico de petróleo, água, emulsificante catiônico** e, em alguns casos, aditivos que melhoram a estabilidade e o tempo de

estocagem.

- **Características técnicas:**
 - **Baixa viscosidade:** permite espalhamento fácil e camada fina e uniforme.
 - **Rompimento rápido:** a água se separa do ligante rapidamente após a aplicação.
 - **Estabilidade elevada:** mantém suas propriedades físicas por mais tempo no armazenamento e durante o transporte.
 - **Boa adesividade:** adere bem a agregados, inclusive os de natureza silicosa.
 - Pode ser aplicada **a frio**, o que reduz custos energéticos e riscos ambientais.
- **Principais aplicações:**
 - **Pintura de ligação (tack coat)** entre camadas de pavimento.
 - **Tratamentos superficiais simples** em vias de baixo volume de tráfego.
 - **Pré-tratamento de base** em situações que exigem rápida liberação ao tráfego.
- **Vantagens:**
 - Cura rápida, permitindo abertura precoce da via.
 - Produto menos agressivo ao meio ambiente do que os asfaltos diluídos (pois não usa solventes voláteis).
 - Boa trabalhabilidade, inclusive em climas mais frios.
 - Maior estabilidade de estocagem em relação à RR-1C comum.
- **Cuidados:**
 - Exige correta preparação da superfície (limpeza e umedecimento).
 - O tempo de rompimento é rápido, então a aplicação deve ser bem programada para garantir a aderência ideal.

3.2.4. **RR-2C (Emulsão Asfáltica Catiônica de Rompimento Rápido – Tipo 2 Modificada)**

- **Descrição:** É uma **emulsão asfáltica catiônica de rompimento rápido**, composta por cimento asfáltico, água e emulsificantes catiônicos. Possui aditivos que conferem **maior viscosidade e aderência**.
- **Características:**
 - Rompimento rápido após aplicação (a água evapora rapidamente).
 - Excelente aderência em agregados, inclusive em materiais com maior teor de sílica.
 - Aplicada **a frio**, reduzindo consumo de energia e riscos de incêndio.
 - Melhor desempenho em termos de **resistência ao arrancamento e durabilidade** do revestimento.
- **Principais Aplicações:**
 - **Tratamentos superficiais duplos ou triplos.**
 - **Revestimentos delgados** (microrrevestimento a frio).
 - **Selagem de trincas** e manutenção preventiva de pavimentos.
- **Vantagens:**
 - Redução do impacto ambiental (sem solventes).
 - Boa performance em diferentes tipos de agregados.
 - Permite tráfego mais cedo que emulsões de cura lenta.

3.2.5. **EAI (Emulsão Asfáltica de Imprimação)**

- **Descrição:** Emulsão betuminosa de baixa viscosidade, especialmente desenvolvida para **imprimação de bases** de pavimentos rodoviários. Substitui os asfaltos diluídos (como o CM-30), oferecendo **menor impacto ambiental**.
- **Características:**
 - Alta fluidez → penetração eficaz em bases granulares e solos estabilizados.
 - Rompimento rápido, permitindo aplicação da camada de revestimento em menor tempo.
 - Não utiliza solventes derivados de petróleo (vantagem ambiental e de segurança).
- **Principais Aplicações:**
 - **Imprimação de bases** antes do CBUQ.
 - Selagem de superfícies granulares para proteção contra infiltrações.
 - Obras onde se busca maior sustentabilidade e menor emissão de poluentes.
- **Vantagens:**
 - Substitui o uso de cut-backs (mais poluentes).
 - Melhor adesividade e penetração em condições variadas.
 - Maior segurança no manuseio e menor impacto ambiental.

QUADRO DOS PRODUTOS BETUMINOSOS

Produto	Tipo / Composição	Viscosidade / Rompimento	Principais Aplicações	Vantagens	Cuidados / Limitações
CAP 30/45	Cimento Asfáltico de Petróleo (puro), penetração 30–45 (grau duro).	Alta consistência; aplicado a quente.	<ul style="list-style-type: none"> • Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) • Revestimentos de rodovias de tráfego intenso • Pavimentos de aeroportos e portos 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada resistência ao envelhecimento e deformações • Excelente durabilidade em tráfego pesado e altas temperaturas 	Exige altas temperaturas de aplicação e mistura; menor trabalhabilidade em clima frio
CM-30	Cimento Asfáltico Diluído de Cura Média (CAP + solventes de volatilidade média, como querosene).	Viscosidade média; evaporação mais lenta (horas a dias).	<ul style="list-style-type: none"> • Imprimação de bases granulares • Tratamentos superficiais simples/duplos • Estabilização de solos 	<ul style="list-style-type: none"> • Boa penetração em camadas granulares • Aplicação a frio 	Tempo de cura maior; uso de solventes com impactos ambientais e risco de inflamabilidade.
RC-1C-E	Emulsão Asfáltica Catiônica de Rompimento Rápido – Tipo 1, Estabilizada (CAP + água + emulsificante).	Baixa viscosidade; rompimento rápido por evaporação da água; alta estabilidade de estocagem.	<ul style="list-style-type: none"> • Pintura de ligação (tack coat) • Pré-imprimação de bases • Tratamentos superficiais leves 	<ul style="list-style-type: none"> • Não usa solventes (mais sustentável) • Boa adesividade, inclusive em agregados silicosos • Aplicação a frio, com rápida liberação do tráfego 	Necessário controle da umidade da base; rompimento rápido exige aplicação bem programada.
RR-2C	Emulsão Asfáltica Catiônica de Rompimento Rápido – Tipo 2 (CAP + água + emulsificante, mais viscosa).	Maior viscosidade que a RR-1C-E; rompimento rápido.	<ul style="list-style-type: none"> • Tratamentos superficiais duplos/triplos • Microrrevestimentos a frio • Selagem de trincas e reparos superficiais 	<ul style="list-style-type: none"> • Excelente aderência a diversos tipos de agregados • Boa resistência ao tráfego pesado • Ambientalmente mais seguro que cut-backs 	Menor capacidade de penetração em bases granulares; depende de condições climáticas adequadas.
EAI	Emulsão Asfáltica de Imprimação (CAP + água + emulsificante, baixa viscosidade).	Muito fluida; rápida penetração; rompimento relativamente rápido.	<ul style="list-style-type: none"> • Imprimação de bases granulares e solos estabilizados • Selagem de superfícies antes do CBUQ 	<ul style="list-style-type: none"> • Substitui o CM-30 com menor impacto ambiental (sem solventes) • Boa penetração e aderência • Aplicação a frio 	Menor resistência inicial que cut-backs em clima muito úmido; requer base bem preparada e umedecida.

3.3. Conclusão

A análise comparativa dos ligantes betuminosos (**CAP 30/45**, **CM-30**, **RC-1C-E**, **RR-2C** e **EAI**) evidencia que cada produto possui características específicas de viscosidade, tempo de cura e aplicação, atendendo a diferentes etapas das obras de pavimentação e manutenção viária.

Para a **Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP**, a disponibilidade desses insumos é fundamental para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços de pavimentação, manutenção de vias urbanas e recuperação de rodovias do Distrito Federal.

3.3.1. Importância dos Materiais para os Setores de Produção

- **CAP 30/45**: essencial para a produção de **CBUQ** em usinas de asfalto, garantindo resistência e durabilidade adequadas às vias de tráfego intenso, como avenidas e rodovias.
- **CM-30**: indispensável para **imprimações** em bases de solo, permitindo a penetração do ligante e a união adequada entre a base e a camada asfáltica.
- **RC-1C-E**: assegura **ligações rápidas e eficientes** entre camadas asfálticas, além de ser ambientalmente mais sustentável que os cut-backs tradicionais.
- **RR-2C**: fundamental para **tratamentos superficiais duplos ou triplos**, proporcionando maior resistência ao tráfego e proteção contra infiltração de água.

- **EAI**: importante para **pré-imprimações** de bases granulares, substituindo com vantagens ambientais e de segurança o CM-30.

A ausência de qualquer um desses insumos comprometeria diretamente o cronograma e a qualidade das obras de pavimentação, prejudicando a **manutenção preventiva e corretiva da malha viária** do Distrito Federal.

3.3.2. Vantagens do Registro de Preços

A aquisição por meio de **ata de registro de preços** se mostra estratégica por:

- **Assegurar disponibilidade contínua** de insumos para os diversos contratos de manutenção e expansão viária;
- **Garantir economicidade e transparência**, conforme determina a legislação de licitações e contratos da Administração Pública;
- **Permitir planejamento orçamentário**, evitando atrasos em obras por falta de insumos;
- **Ampliar a competitividade** entre fornecedores, obtendo melhores condições de preço e qualidade.

Dessa forma, a utilização do Sistema de Registro de Preços constitui **instrumento eficiente de gestão pública**, permitindo à NOVACAP **racionalizar aquisições, garantir a continuidade dos serviços essenciais e assegurar a observância dos princípios da economicidade, planejamento e vantajosidade** nas contratações públicas.

Nos termos do Art. 62 do RLC/NOVACAP, o Sistema de Registro de Preços é aplicável quando houver contratações frequentes, entregas parceladas ou impossibilidade de definição prévia dos quantitativos.

Os produtos betuminosos adquiridos são utilizados na produção de cimento betuminoso usinado a quente CBUQ, bem como na execução da pavimentação e serviços de tapa buraco.

As aquisições dos produtos betuminosos pela NOVACAP enquadram-se integralmente nesses três critérios.

Primeiro, trata-se de aquisições frequentes e contínuas, atendendo as demandas da Novacap, na execução de obras de pavimentação inclusive as emergenciais recuperando trechos colapsados e serviços de tapa buraco decorrentes de chuvas — cumprindo ao inciso I do Art. 62.

Segundo, a contratação envolve serviços remunerados por unidade de medida (peso do material), com execução parcelada e variável, alinhando-se ao inciso II.

Terceiro, pela própria natureza imprevisível das demandas, não é possível definir previamente a quantidade exata de itens a serem adquiridos, pois os serviços de pavimentação dependem de fatores externos como chuvas, colapsos estruturais e urgências operacionais — hipótese expressamente prevista no inciso III.

Portanto, o objeto desta licitação se enquadra integralmente no escopo do Art. 62 do RLC/NOVACAP, atendendo cumulativamente:

Necessidade de contratações frequentes;

Execução parcelada por unidades de medida;

Impossibilidade de definição prévia dos quantitativos.

3.3.3. Justificativa Técnica

- O **clima do Distrito Federal**, com alternância de períodos chuvosos e secos, exige diferentes soluções de pavimentação e manutenção. As emulsões catiônicas (RR-1C-E e RR-2C) garantem **aderência rápida e aplicação a frio**, o que é fundamental em períodos chuvosos.
- O **CAP 30/45** continua sendo insumo estratégico para **obras estruturantes**, como rodovias, avenidas de grande fluxo e pátios de manobra portuários e aeroportuários.
- O **CM-30** e o **EAI** são cruciais para **preparar bases e sub-bases**, etapa indispensável antes da aplicação do revestimento asfáltico, assegurando **durabilidade e desempenho do pavimento**.
- A diversidade de solos do DF (arenosos, argilosos, lateríticos) requer a disponibilidade de ligantes com diferentes tempos de cura e características de penetração, justificando a **aquisição de todos os tipos de produtos especificados**.

3.3.4. Considerações Finais

Dada a importância estratégica da malha viária para a mobilidade urbana, logística de transporte e segurança da população, a aquisição dos materiais **CAP 30/45, CM-30, RR-1C-E, RR-2C e EAI** por meio de **licitação e registro de preços** é medida indispensável para garantir:

- **Regularidade na execução das obras de pavimentação**;
- **Qualidade e durabilidade** das vias públicas;
- **Eficiência no uso de recursos públicos**, com transparência e competitividade no processo de aquisição;
- **Atendimento às normas técnicas nacionais** e às especificações da ABNT e DNIT;
- **Redução de impactos ambientais**, priorizando emulsões asfálticas em detrimento dos cut-backs quando aplicável.

4. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente **Termo de Referência** tem por objeto a **contratação continuada de empresa especializada para o fornecimento, de forma parcelada, de materiais betuminosos**, por meio do **Sistema de Registro de Preços – SRP**, destinados a atender às necessidades da **Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP**, bem como de outros órgãos e entidades da Administração Pública do Distrito Federal e da União, conforme os convênios ou instrumentos de cooperação firmados.

Os materiais a serem adquiridos são **essenciais para a produção de asfalto na Usina da NOVACAP**, sendo aplicados em **obras e serviços de pavimentação, recapeamento, conservação, manutenção e recuperação de vias urbanas** em todo o território do Distrito Federal.

Os insumos contemplados no presente objeto são:

Material	Quantidade (T)
CAP 30/45 – Cimento Asfáltico de Petróleo (grau de penetração 30/45)	4.155

CM-30 – Cimento Asfáltico Diluído de Cura Média	200
RC-1C-E – Emulsão Asfáltica Catiônica de Rompimento Rápido Tipo 1 Estabilizada	1.400
RR-2C – Emulsão Asfáltica Catiônica de Rompimento Rápido Tipo 2	300
EAI – Emulsão Asfáltica de Imprimação	200

O fornecimento deverá **atender rigorosamente às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais legislações aplicáveis**, assegurando a qualidade, o desempenho técnico e a segurança dos materiais. Além disso, deverão ser observados os prazos, condições de entrega e quantitativos definidos neste instrumento, garantindo a continuidade dos serviços de infraestrutura viária e a adequada manutenção das vias urbanas do Distrito Federal.

5. DAS CARACTERÍSTICAS DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DA CONTRATAÇÃO

5.1. O quadro resumo abaixo foi preenchido e as devidas justificativas foram elaborados de acordo com a **Nota Técnica 71 (179228815)**.

DEFINIÇÃO DO OBJETO	
Contratação continuada de empresa especializada para o fornecimento, de forma parcelada, de materiais betuminosos, por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP, destinados a atender às necessidades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.	
DESCRIÇÃO	OPÇÃO
De natureza comum	X
De prestação continuada	X
Eminentemente intelectual	
Possui inovação tecnológica ou técnica	
De tecnologia da informação	
Possui mão de obra exclusiva	

DEMANDA DA CONTRATAÇÃO	
DESCRIÇÃO	OPÇÃO
Estimada	X
Definida	

PARCELAMENTO DO OBJETO	
DESCRIÇÃO	OPÇÃO
Parcelamento do objeto	X
Observação: O objeto será parcelado em 10 (dez) lotes , conforme disposto nas estimativas de custos , sendo 05 (cinco) lotes destinados à cota reservada para participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) e 05 (cinco) lotes destinados à ampla concorrência , em observância à Lei nº 4.611/2011 e demais normas aplicáveis.	

MODALIDADE	
DESCRIÇÃO	OPÇÃO
Procedimento licitatório eletrônico	
Procedimento licitatório presencial	

Pregão eletrônico	X
Pregão presencial	
Dispensa de licitação	
Inexigibilidade de licitação	

PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO	
DESCRIÇÃO	OPÇÃO
Participação de consórcio	X
Participação de cooperativa	
Participação de microempresas e empresas de pequeno porte	X
Participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte	X

MODO DE DISPUTA	
DESCRIÇÃO	OPÇÃO
Aberto	X
Fechado	
Combinado	

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	
DESCRIÇÃO	OPÇÃO
Menor preço	X
Maior desconto	
Melhor combinação de técnica e preço	
Melhor técnica	
Melhor conteúdo artístico	
Maior oferta de preço	
Maior retorno econômico	
Melhor destinação de bens alienados	

MODO DE FORNECIMENTO	
DESCRIÇÃO	OPÇÃO
Entregas parceladas / preço unitário	X
Entrega única / preço global	
Contratação semi integrada	

5.2. Justificativas

As justificativas apresentadas a seguir visam fundamentar a necessidade e a importância das especificações técnicas e dos critérios adotados no presente documento. Estas justificativas são essenciais para assegurar que os objetivos do projeto sejam alcançados com eficiência, transparência e conformidade com as normas e regulamentações vigentes. Cada item especificado foi cuidadosamente analisado para garantir a melhor relação custo-benefício, segurança e qualidade no fornecimento dos materiais, conforme estabelecido na **Nota Técnica 71 (179228815)**.

5.2.1. Definição do objeto

5.2.1.1. Conforme disposto no inciso VI do Art. 18 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, definimos que:

I - O objeto da presente contratação **possui natureza comum**, visto que se trata do fornecimento de um material cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado;

II - O objeto da presente contratação é de **natureza continuada**, visto que o uso de materiais é recorrente na produção de asfalto pela NOVACAP, assim como seu uso nas obras de pavimentação asfáltica e, eventualmente em obras de drenagem executadas pelas equipes próprias da Diretoria de Obras. Destaca-se os materiais a serem adquiridos são empregadas na implantação e recapeamento de vias, na recuperação de erosões e manutenção e ampliação do sistema de drenagem pluvial. Assim, a descontinuidade do fornecimento pode causar a paralisação de obras essenciais ao Distrito Federal.

III - O objeto da presente contratação **não é eminentemente intelectual nem de Tecnologia da informação**, visto que se trata de fornecimento de material;

IV - Não se trata de contratação de mão de obra exclusiva.

5.2.2. Demanda da contratação

Trata-se de quantidade estimada conforme consta no **Memorando 141 (177768481)**.

5.2.3. Parcelamento do objeto

Visto que o objeto em questão é divisível, a divisão de lotes deve considerar que cada insumo seja ofertado aos licitantes de forma isolada, sem que haja agrupamento de materiais diferentes no mesmo lote.

5.2.3.1. A divisão em lotes permite uma melhor organização do processo licitatório, assegurando que diferentes perfis de empresas tenham a oportunidade de participar e contribuir com suas propostas, atendendo às necessidades da NOVACAP de maneira eficiente e transparente.

5.2.4. Modalidade

5.2.4.1. A modalidade escolhida para a presente contratação é o **pregão eletrônico**, que será processado e julgado em conformidade com a Lei nº 13.303/16, o Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP e as disposições deste documento e do Edital. Este método visa assegurar maior transparência, eficiência e competitividade no processo de seleção da CONTRATADA, permitindo uma ampla participação de fornecedores e o acesso facilitado às informações do edital.

5.2.4.2. O pregão eletrônico é regulamentado pelas normas vigentes e utiliza plataformas digitais para a realização de todas as etapas do processo, desde a publicação do edital até o recebimento e julgamento das propostas. Esse formato promove a desburocratização e a modernização do processo licitatório, reduzindo custos administrativos e tempo de execução.

5.2.4.3. Serão obedecidas as disposições dos Art. 8º e 9º do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, conforme disposto no Capítulo III - Dos Impedimentos.

5.2.4.4. Entre as principais vantagens do pregão eletrônico estão:

I - **Acessibilidade:** Possibilita a participação de fornecedores de diferentes regiões, ampliando a concorrência e potencialmente obtendo melhores condições comerciais.

II - **Transparência:** Garante que todas as etapas do processo sejam auditáveis e que todas as ações dos participantes sejam registradas e monitoradas, assegurando a integridade e a legalidade do processo.

III - **Eficiência:** Reduz o tempo necessário para a condução da licitação, permitindo uma tramitação mais ágil e eficiente.

IV - **Economia:** Minimiza os custos operacionais e de deslocamento associados às modalidades presenciais.

5.2.4.5. A utilização do pregão eletrônico está em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela legislação, garantindo a imparcialidade e a lisura do processo, além de promover a competitividade e a igualdade de oportunidades entre os licitantes.

5.2.5. Participação da licitação

A presente licitação estabelece critérios claros e objetivos para a participação das empresas interessadas, garantindo a transparência e a competitividade do processo. O edital prevê diferentes modalidades de participação, com o intuito de fomentar a ampla concorrência e assegurar que os serviços sejam prestados com a máxima eficiência e qualidade. A seguir, detalhamos as condições de aceitação ou recusa para cada forma de participação permitida, incluindo consórcios, cooperativas, microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), bem como a possibilidade de participação exclusiva para ME e EPP:

5.2.6. Participação de Consórcios

5.2.6.1. Será **permitida a participação de consórcios** nesta licitação, desde que observadas as disposições legais aplicáveis e garantida a plena responsabilidade solidária das empresas consorciadas perante a NOVACAP quanto ao cumprimento das obrigações contratuais.

5.2.7. Participação de Cooperativas

5.2.7.1. Será **vedada a participação de cooperativas** na presente licitação, em razão da necessidade de assegurar maior clareza e controle sobre a responsabilidade individual das empresas contratadas, bem como para evitar possíveis conflitos de interesse e dificuldades de fiscalização.

5.2.7.2. A vedação à participação de cooperativas nesta licitação fundamenta-se em **razões técnicas, operacionais e jurídicas**, considerando as peculiaridades da aquisição de **produtos betuminosos**, conforme segue:

I - Risco elevado na rastreabilidade e controle da execução

A operação com produtos betuminosos envolve **transporte e manuseio de materiais classificados como perigosos**, sujeitos a **controle técnico e ambiental rigoroso**. A estrutura organizacional das cooperativas, sem vínculo hierárquico direto entre cooperados, **dificulta a responsabilização individual e a aplicação de sanções administrativas** em caso de descumprimento contratual ou de normas ambientais.

II - Dificuldade de fiscalização e responsabilização direta

O fornecimento de CAP e emulsões asfálticas exige **rastreabilidade total do processo logístico e da qualidade do produto**, bem como **monitoramento técnico e documental contínuo**. O regime cooperativista, pela sua natureza de autogestão, **não assegura padronização operacional**, nem permite fiscalização direta sobre cada cooperado, **fragilizando o controle contratual**.

III - Impossibilidade de aplicação efetiva de sanções contratuais

Em caso de atraso na entrega, contaminação, derramamento ou divergência de volume, **a execução de penalidades ou reparações é limitada**, pois **os cooperados não respondem solidariamente e não há patrimônio próprio significativo da cooperativa** que garanta eventual ressarcimento. Isso compromete a **segurança jurídica e a efetividade da execução**.

IV - Incompatibilidade com a natureza mercantil da contratação

A aquisição de produtos betuminosos possui **caráter eminentemente comercial e industrial**, exigindo **estrutura empresarial, capacidade técnica, financeira e logística robustas**, bem como **registro junto à ANP**. As cooperativas, por sua finalidade social e não lucrativa, **não se enquadram nesse modelo operacional**, sendo juridicamente e tecnicamente incompatíveis com a natureza do contrato.

V - Risco de desequilíbrio econômico-financeiro

O regime cooperativista adota **formação de preço distinta das sociedades empresárias**, não incidindo sobre as mesmas bases tributárias e de custos indiretos. Essa diferença pode **gerar distorções de competitividade**, prejudicando a **homogeneidade da pesquisa de preços e o equilíbrio entre propostas**, contrariando o princípio da vantagem.

VI - Ausência de garantias técnicas e financeiras adequadas

Cooperativas, via de regra, **não possuem patrimônio líquido ou garantias contratuais suficientes** para suportar as responsabilidades decorrentes do fornecimento e transporte de produtos betuminosos, cujo **valor é elevado e sujeito a oscilações de mercado**. Essa limitação patrimonial **aumenta o risco de inadimplemento** e inviabiliza a execução de eventuais garantias de contrato.

VII - Risco ambiental e ausência de responsabilidade técnica formalizada

O transporte de produtos betuminosos requer **licenciamento ambiental, veículo homologado, condutores com curso MOPP e responsável técnico habilitado**. As cooperativas, em geral, **não possuem corpo técnico próprio nem licenças ambientais unificadas**, o que **pode comprometer a conformidade com normas da ANP, IBAMA, DNIT e ANTT**.

VIII - Risco trabalhista e fiscal

Existe a preocupação do uso de **cooperativas fraudulentas (“de fachada”)** com o objetivo de **mascarar relações de emprego e reduzir encargos sociais**. Em contratos de grande porte e alto risco operacional, como o de produtos betuminosos, essa prática **expõe a Administração a passivos trabalhistas e fiscais**, contrariando os princípios da moralidade e da legalidade administrativa.

IX - Incompatibilidade com exigências contratuais de rastreabilidade e controle de qualidade

O fornecimento de CAP e emulsões asfálticas exige **certificados de conformidade, controle de temperatura, procedência e rastreamento logístico do produto**, o que **pressupõe estrutura empresarial formal, controle de produção e gestão de qualidade contínua** — elementos geralmente ausentes na estrutura de cooperativas.

X - Risco de fragmentação da execução contratual

Como os cooperados atuam de forma autônoma, há risco de **fragmentação da execução**, com **diferentes padrões operacionais, prazos e níveis de conformidade**, o que **compromete a padronização técnica exigida pela NOVACAP e dificulta o cumprimento uniforme das obrigações contratuais**.

XI - Exigência de rastreabilidade contínua e certificação do produto

Os produtos betuminosos, por sua natureza sensível e uso em obras públicas, devem ser **rastreáveis desde a origem até a entrega**, com controle de **temperatura, viscosidade, densidade e conformidade técnica**, conforme normas da ANP, ABNT e DNIT. As cooperativas, em geral, **não dispõem de sistema de controle de qualidade próprio nem certificação laboratorial**, inviabilizando o atendimento a esses requisitos técnicos.

XII - Incompatibilidade com obrigações de responsabilidade civil e ambiental

A contratação exige **apólices de seguro de responsabilidade civil e ambiental**, capazes de cobrir eventuais acidentes durante o transporte e descarga do CAP. No entanto, **as cooperativas não costumam manter seguros corporativos unificados**, o que **expõe a Administração a riscos patrimoniais e ambientais**, em desacordo com o princípio da precaução ambiental e a Resolução CONAMA nº 273/2000.

XIII - Ausência de estrutura logística integrada

O transporte de produtos betuminosos requer **frota própria ou agregada registrada na ANTT**, tanques térmicos e rastreamento via GPS. Como as cooperativas atuam de forma pulverizada, cada cooperado opera individualmente, **sem gestão logística centralizada**, o que **compromete o controle de prazos, segurança viária e planejamento das entregas**, além de aumentar o risco de acidentes.

XIV - Necessidade de responsabilidade técnica registrada no CREA/CAU

O fornecimento e o transporte de CAP e emulsões demandam **responsável técnico registrado no CREA**, com **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** específica para o serviço. Em cooperativas, não há vínculo técnico direto entre o profissional e a entidade, **impossibilitando a emissão de ART válida** e o acompanhamento técnico regular da operação.

XV - Incompatibilidade com exigências de garantia contratual e penalidades

Os contratos para fornecimento de produtos betuminosos impõem **garantias financeiras, técnicas e contratuais** (como seguro-garantia ou caução). As cooperativas, por natureza jurídica, **não possuem capital integralizado nem patrimônio líquido suficiente** para oferecer garantias compatíveis com o volume financeiro envolvido, o que inviabiliza o cumprimento do contrato em caso de sinistro ou inadimplemento.

XVI - Risco de descontinuidade na prestação e falta de capacidade de reposição

A execução contratual exige **entregas contínuas e regulares**, de acordo com o cronograma das obras viárias. Cooperativas não possuem **estrutura de reposição imediata nem capacidade financeira para absorver variações de demanda**, o que pode gerar **interrupção no fornecimento** e atrasos em obras públicas, contrariando o princípio da continuidade do serviço público.

5.2.7.3. Dessa forma, a vedação à participação de cooperativas encontra **amparo técnico, jurídico e prático**, visando assegurar a **segurança operacional, a integridade ambiental, a homogeneidade das propostas e a responsabilização direta do contratado**, não configurando restrição indevida à competitividade, mas **medida de proteção ao interesse público e à eficiência contratual**.

5.2.8. Participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP)

5.2.8.1. Será **permitida a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP)** neste certame, em conformidade com

o disposto na **Lei nº 4.611/2011**, que assegura tratamento jurídico diferenciado e favorecido a esses empreendimentos nas contratações públicas.

5.2.8.2. A adoção dessa medida visa **estimular a competitividade e o desenvolvimento econômico local**, ampliando a participação de ME e EPP em processos licitatórios da NOVACAP, especialmente quando houver condições técnicas e econômicas que possibilitem o fornecimento dos bens ou serviços em igualdade de condições com as demais empresas.

5.2.8.3. Serão observados os mecanismos previstos na legislação, tais como **reserva de cota, destinação de itens ou lotes exclusivos, possibilidade de subcontratação e aplicação de critério de desempate em favor das ME/EPP**, conforme Lei nº 4.611/2011.

5.2.9. **Participação Exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP)**

5.2.9.1. Será permitida a modalidade de **participação exclusiva de ME e EPP** nesta licitação. Esta medida tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico local, promovendo a inclusão dessas empresas nas contratações públicas e incentivando sua competitividade no mercado.

5.2.9.2. A divisão em lotes permite uma melhor organização do processo licitatório, assegurando que diferentes perfis de empresas tenham a oportunidade de participar e contribuir com suas propostas, atendendo às necessidades da NOVACAP de maneira eficiente e transparente.

5.2.10. **Modo de Disputa**

I - O modo de disputa será estruturado para garantir máxima transparência e competitividade durante o certame.

II - **Aberto:** O modo de disputa será aberto, permitindo lances públicos e sucessivos. Todos os lances serão registrados em tempo real, garantindo transparência. A disputa continuará até que não haja novos lances por um período previamente estipulado. **O licitante com o menor lance será declarado vencedor, conforme os critérios do edital.**

5.2.11. **Critérios de julgamento**

I - Para assegurar um processo de seleção justo e eficiente, adotaremos critérios claros e objetivos. Diante das especificações técnicas já detalhadas no Termo de Referência e no Edital, como forma de garantir a melhor relação custo-benefício para o certame.

II - **Menor preço:** O critério de julgamento da Licitação será o de menor preço. Considerando que o Termo de Referência e o Edital já apresentam todas as condições necessárias para comprovar a especificação técnica do material a ser fornecido pela empresa CONTRATADA, entende-se que o critério de menor preço é o mais adequado para este certame.

5.2.12. **Limitação à Contratação de Múltiplos Lotes**

I - A fim de garantir a **eficiência, agilidade e atendimento simultâneo das demandas**, será vedada a contratação de uma mesma empresa para mais de um lote. Caso uma licitante seja vencedora em mais de um lote, a Novacap optará por aquele em que tiver ofertado o **maior desconto em porcentagem**.

II - Tal medida visa assegurar que os objetos, cujas entregas são prioritárias e concomitantes, não fiquem concentrados em um único fornecedor, evitando riscos de descontinuidade ou atraso. Além disso, o parcelamento em 10 (dez) lotes distintos favorece a ampla competitividade e assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.2.13. **Exceção à Limitação de Contratação de Múltiplos Lotes**

I - Ficará facultado à Administração, em caráter excepcional e nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, admitir a contratação de uma mesma empresa para mais de um lote quando, em razão de fatos supervenientes, houver necessidade de resguardar a continuidade do fornecimento. Nessa hipótese, a exceção somente será aplicada se ocorrer a desclassificação de licitante em fase de habilitação, a declaração de inidoneidade, a aplicação de sanções administrativas, a rescisão contratual motivada, a decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução societária, decisão judicial impeditiva ou outras situações que inviabilizem a participação ou a manutenção de determinado fornecedor no certame ou durante a execução contratual.

II - Na hipótese de determinado lote restar deserto, poderá a NOVACAP repetir a licitação, ocasião em que os lotes poderão ser arrematados por empresas que já tenham obtido adjudicação de outros lotes, desde que observado, em qualquer hipótese, o critério do maior percentual de desconto ofertado e assegurada a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.2.14. **Modo de fornecimento**

I - O fornecimento dos materiais será realizado de maneira a garantir a eficiência e a qualidade do serviço. Todos os detalhes referentes à entrega e ao recebimento dos materiais estarão de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e no Edital.

II - **Entregas parceladas / preço unitário:** O fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, com entregas programadas em lotes sucessivos, conforme estabelecido no Termo de Referência e no Edital. Cada entrega seguirá o critério de preço unitário, garantindo transparência e previsibilidade no custo total. Dessa forma, assegura-se que os materiais serão entregues conforme a necessidade do projeto, facilitando a gestão do inventário e otimizando o processo de fornecimento.

5.2.15. **Valor Total Estimado**

5.2.15.1. **O valor total estimado para a contratação é de R\$ 29.361.830,30 (vinte e nove milhões, trezentos e sessenta e um mil oitocentos e trinta reais e trinta centavos)**, dividida em 10 (dez) lotes da seguinte forma:

5.2.15.2. O custo unitário dos materiais, que constam nas tabelas do item **6. DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES, VALORES E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** foram obtidos conforme consta na documentação do item **7. DOCUMENTOS TÉCNICOS**.

5.2.16. **Parecer técnico**

5.2.16.1. O Parecer técnico não sigiloso tem previsão no Art. 34 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que estabelece que:

"O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificativa na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas" (BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 jul. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113303.htm>. Acesso em: 30 nov. 2024.).

5.2.16.2. Nos termos do Acórdão nº 1502/2018 Plenário TCU, que dispõe sobre licitações realizadas por empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade, e ainda, por não haver no Art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento. O Acórdão estabelece que:

"... nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no Art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento"

5.2.16.3. Assim sendo, justifica-se a publicidade da planilha estimativa, uma vez que ela será o limite referencial para as propostas de preço das licitantes.

6. DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES, VALORES

6.1. A presente contratação tem como base a estimativa das **quantidades de materiais betuminosos** a serem demandadas ao longo da vigência do Sistema de Registro de Preços, conforme levantamento realizado pela Diretoria de Obras (DO), constando o quantitativo no memorando 141 (177768481).

6.2. Os **valores estimados** foram definidos em acordo com a estimativa de custos fornecida pela Divisão de Planejamento de Águas Pluviais (DPAP), que se encontra acostadas ao processo SEI GDF **00112-00013582/2025-11**.

6.3. Por se tratar de contratação por **Sistema de Registro de Preços**, **não haverá necessidade de disponibilização prévia de recursos orçamentários**. A efetiva contratação ocorrerá por meio de contratos derivados das atas de registro de preços e conforme disponibilidade orçamentária da NOVACAP.

6.4. Abaixo, as tabelas contendo a descrição do material, quantidade, preço unitário e preço total:

LOTE 01 - AMPLA CONCORRÊNCIA				
Item	Descrição do material	Quantidade (T)	Preço unitário	Preço total
01	CAP 30/45 – Cimento Asfáltico de Petróleo (grau de penetração 30/45)	3.739	R\$4.652,86	R\$17.397.043,54

LOTE 02 - COTA RESERVADA				
Item	Descrição do material	Quantidade (T)	Preço unitário	Preço total
01	CAP 30/45 – Cimento Asfáltico de Petróleo (grau de penetração 30/45)	416	R\$4.652,86	R\$1.935.589,76

LOTE 03 - AMPLA CONCORRÊNCIA				
Item	Descrição do material	Quantidade (T)	Preço unitário	Preço total
01	CM-30 – Cimento Asfáltico Diluído de Cura Média	180	R\$7.395,95	R\$1.331.271,00

LOTE 04 - COTA RESERVADA				
Item	Descrição do material	Quantidade (T)	Preço unitário	Preço total
01	CM-30 – Cimento Asfáltico Diluído de Cura Média	20	R\$7.395,95	R\$147.919,00

LOTE 05 - AMPLA CONCORRÊNCIA				
Item	Descrição do material	Quantidade (T)	Preço unitário	Preço total
01	RC-1C-E – Emulsão Asfáltica Catiônica de Rompimento Rápido Tipo 1 Estabilizada	1.260	R\$4.766,14	R\$6.005.336,40

LOTE 06 - COTA RESERVADA				
Item	Descrição do material	Quantidade (T)	Preço unitário	Preço total
01	RC-1C-E – Emulsão Asfáltica Catiônica de Rompimento Rápido Tipo 1 Estabilizada	140	R\$4.766,14	R\$667.259,60

LOTE 07 - AMPLA CONCORRÊNCIA				
Item	Descrição do material	Quantidade (T)	Preço unitário	Preço total
01	RR-2C – Emulsão Asfáltica Catiônica de Rompimento Rápido Tipo 2	270	R\$4.104,25	R\$1.108.147,50

LOTE 08 - COTA RESERVADA				
Item	Descrição do material	Quantidade (T)	Preço unitário	Preço total
01	RR-2C – Emulsão Asfáltica Catiônica de Rompimento Rápido Tipo 2	30	R\$4.104,25	R\$123.127,50

LOTE 09 - AMPLA CONCORRÊNCIA				
Item	Descrição do material	Quantidade (T)	Preço unitário	Preço total
01	EAI – Emulsão Asfáltica de Imprimação	180	R\$3.230,68	R\$581.522,40

LOTE 10 - COTA RESERVADA				
Item	Descrição do material	Quantidade (T)	Preço unitário	Preço total
01	EAI – Emulsão Asfáltica de Imprimação	20	R\$3.230,68	R\$64.613,60

6.5. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 29.361.830,30 (vinte e nove milhões, trezentos e sessenta e um mil oitocentos e trinta reais e trinta centavos).

7. DOCUMENTOS TÉCNICOS

7.1. A documentação técnica que compõe este Termo de Referência e fará parte integrante do Contrato, valendo como se neste estivesse efetivamente transcrito, é composta dos documentos listados abaixo:

- Memorando 141 (177768481);
- Especificação Técnica - CM 30 (179045684);
- Especificação Técnica - CAP 30/45 (179045810);
- Especificação Técnica - RC1C-E (179046018);
- Especificação Técnica - EAI e RR2C (179046131);
- Informação Técnica 1 (179048148);
- Despacho (179070383);
- Nota Técnica 71 (179228815);
- Resolução /DNIT Nº 13 (181392005);
- Tabela Demonstrativo de BDI (181906930);
- Parecer 544(184003465);
- Despacho solicitando atualização das estimativas de custo (186457896);
- Estimativa de Custo e Orçamento SEM DESONERAÇÃO (189250631);
- Estimativa de Custo e Orçamento COM DESONERAÇÃO (189250779);
- Despacho (186937629);
- Mapa de risco (181906138).
- Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP (QR code):



8. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES

8.1. Os documentos técnicos relativos aos materiais são compostos, de forma complementar, pelos documentos mencionados no item 7. DOCUMENTOS TÉCNICOS deste Termo de Referência e pelos anexos do Edital.

8.2. Para fins de interpretação de divergências entre os documentos técnicos, fica estabelecido que:

8.2.1. Em caso de divergência entre as planilhas estimativas da NOVACAP e as especificações técnicas dos demais documentos elencados no item 7. DOCUMENTOS TÉCNICOS, prevalecerão as especificações técnicas.

8.2.2. Em caso de divergência entre os documentos elencados no item 7. DOCUMENTOS TÉCNICOS e este Termo de Referência, prevalecerá este último.

8.2.3. Em caso de divergência entre os documentos elencados no item 7. DOCUMENTOS TÉCNICOS e as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), prevalecerão as Normas da ABNT.

- 8.2.4. Em caso de divergência entre este Termo de Referência e as Normas da ABNT, prevalecerão as Normas da ABNT.
- 8.2.5. Em caso de dúvidas quanto à interpretação das disposições contidas nos documentos elencados no item 7. **DOCUMENTOS TÉCNICOS** e neste Termo de Referência, deverão ser consultados os autores dos documentos e a fiscalização da NOVACAP.
- 8.2.6. Em caso de divergência entre o arquivo digital e o respectivo documento impresso anexado ao processo, prevalecerá sempre o documento impresso.
- 8.2.7. Em caso de divergência entre o custo unitário do serviço apresentado na planilha estimativa da NOVACAP e o custo unitário apresentado na composição de custo e preço unitário do próprio serviço, prevalecerá este último.

9. VISITA E CONFERÊNCIA PRELIMINAR DE DOCUMENTOS

9.1. Da visita:

9.1.1. Recomenda-se que a empresa proponente visite o local de entrega do material, objeto da contratação, a fim de verificar todos os aspectos quantitativos e qualitativos, bem como as condições necessárias para sua entrega, tais como características de acesso, topografia e condições do terreno.

9.1.2. As visitas mencionadas no subitem 9.1.1. deverão ocorrer em dias úteis, até o último dia anterior à data de realização do certame e não são obrigatórias.

9.1.3. As visitas deverão ser agendadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, considerando a necessidade de disponibilização de um profissional para acompanhamento. O horário das visitas será das 7h00 às 12h00 e das 13h00 às 15h00, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (61) 3403-2430, (61) 3403-2460 e (61) 3403-2301.

9.1.4. Todos os custos associados às visitas serão de responsabilidade exclusiva da proponente.

9.1.5. Considerando que a vistoria/visita é facultativa, a proponente não poderá alegar desconhecimento das condições e dificuldades existentes para se eximir das obrigações assumidas ou para justificar pedidos de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto contratado. A proponente assume a responsabilidade pelo risco de identificar, durante a execução dos serviços, problemas que não tenham sido observados em vistoria/visita prévia. Portanto, não serão aceitos pedidos de acréscimos/supressões decorrentes desse risco, devendo todas as observações e considerações necessárias para a perfeita execução da obra ser informadas à contratante antes da apresentação da proposta, nos prazos estabelecidos no edital.

9.2. Da conferência preliminar de documentos:

9.2.1. Antes da data de apresentação da proposta para a execução da obra, a proponente deverá:

9.2.1.1. Após a verificação preliminar, comunicar imediatamente, por escrito, ao Núcleo de Licitação (NOVACAP/PRES/NLC), dentro do prazo estabelecido no edital, apontando dúvidas e/ou irregularidades observadas, inclusive quanto a transgressões às legislações e normas vigentes, para que sejam corrigidos eventuais erros, omissões ou discrepâncias que possam comprometer o desenvolvimento da obra.

10. DAS PROPOSTAS

10.1. Previamente à formalização da proposta vencedora em Ata de Registro de Preços, a PROPONENTE VENCEDORA deverá fornecer à NOVACAP as planilhas orçamentária por ela elaboradas, com todas as composições auxiliares, em meio eletrônico, nos formatos PDF e Excel, com o mesmo conteúdo daquele vencedor da licitação.

10.2. Da apresentação da proposta:

10.2.1. A proponente deverá considerar, para efeito da elaboração de sua proposta de preço, que os quantitativos apresentados são aqueles constantes no item 6. **DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES, VALORES E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** deste Termo de Referência. Caso seja verificada, durante a execução do objeto, a necessidade de alterações nos quantitativos previstos, estas deverão respeitar as disposições do item 20. **ALTERAÇÕES CONTRATUAIS** deste Termo de Referência.

10.2.2. Eventuais divergências detectadas pela proponente nos documentos elencados no item 7. **DOCUMENTOS TÉCNICOS** deverão ser comunicadas a esta Companhia, por escrito, dentro do prazo estabelecido no edital.

10.2.3. Após a assinatura do contrato, ficará pressuposta a concordância tácita da CONTRATADA com todos os documentos elencados no item 7. **DOCUMENTOS TÉCNICOS** e anexos ao edital, não cabendo quaisquer alegações posteriores sobre divergências entre os mesmos, nem de desconhecimento ou omissões.

10.2.4. As licitantes deverão apresentar o Demonstrativo de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) adotado na proposta, e este deverá estar em conformidade com o modelo fornecido pela NOVACAP (181906930), conforme critério com ou sem desoneração adotado pela licitante, composto dos mesmos itens e calculado pela fórmula apresentada no modelo.

10.2.5. As licitantes deverão apresentar a composição de preço unitário do material no mesmo formato do Doc. SEI/GDF (179068963), nas seguintes condições:

10.2.5.1. A composição de preço unitário deverá expressar detalhadamente todos os insumos e serviços para sua formação – material e serviços associados, com a discriminação dos seus coeficientes de consumo, unidades, custos unitários e totais;

10.2.5.2. A composição de preço unitário deverá apresentar também os valores dos impostos incidentes no serviço, BDI e pedágio;

10.2.5.3. A composição de preço unitário deverá estar em conformidade com as respectivas descrições, unidades e totalizações apresentadas na proposta da proponente;

10.2.6. O preço global da proposta deverá ser inferior ou, no máximo, igual ao valor estimado pela NOVACAP para cada lote.

10.2.7. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data de sua entrega.

10.3. Dos critérios de desclassificação das propostas:

10.3.1. Serão desclassificadas as propostas que contenham vícios insanáveis;

10.3.2. Serão desclassificadas as propostas que descumpram especificações técnicas constantes do Edital;

10.3.3. Serão desclassificadas as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis;

10.3.4. Serão desclassificadas as propostas que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela NOVACAP;

10.3.5. Serão desclassificadas as propostas que apresentem desconformidade com outras exigências do Edital, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes;

- 10.3.6. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preço unitário ou global superior ao estimado pela NOVACAP;
- 10.3.7. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preço global simbólico, irrisório ou de valor igual a zero;
- 10.3.8. Serão desclassificadas as propostas cujas composições de preço unitário apresentarem itens com custos unitários simbólicos, irrisórios ou de valor igual a zero, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.
- 10.3.9. Serão desclassificadas as propostas que não apresentarem Demonstrativo de BDI ou cujo Demonstrativo de BDI apresentado não estiver composto dos mesmos itens e/ou não estiver calculado pela fórmula apresentada no modelo fornecido pela Novacap (181906930), conforme critério com ou sem desoneração adotado pela licitante.

11. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA

11.1. Experiência Prévia

11.1.1. As empresas licitantes deverão comprovar por meio de atestados de capacidade técnica fornecidos por clientes anteriores, **empresa privada ou órgão público**, comprovando a realização dos fornecimentos **em quantidades que representem 25% (vinte e cinco) do objeto/lote desta licitação**, ou deverá comprovar que é autorizada pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) para distribuir o produto em questão.

11.1.1.1. Os itens que tiverem quantidade única estarão dispensados da exigência de comprovante de experiência prévia

11.1.2. A exigência de comprovação de experiência prévia na execução de serviços de fornecimento de materiais em quantidades que representem 25% de cada objeto/lote desta licitação é fundamentada na necessidade de garantir a qualificação técnica das empresas participantes. Esta medida visa assegurar que as empresas licitantes possuam a capacidade técnica e operacional necessária para cumprir com as exigências do contrato, proporcionando maior segurança e confiabilidade ao processo licitatório.

11.1.3. A experiência prévia é um indicador vital de que a empresa tem um histórico comprovado de realização de serviços semelhantes com sucesso, o que minimiza os riscos de falhas e atrasos na execução dos serviços contratados. A exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por clientes anteriores é uma prática comum e legalmente amparada, conforme previsto na Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

11.1.4. Optou-se por exigir 25% da quantidade de cada objeto/lote como critério de qualificação técnica, por se tratar de um percentual razoável que equilibra a necessidade de assegurar a qualidade dos fornecedores e promover a competitividade entre as empresas participantes. Este percentual foi definido com base em análises de mercado e experiências anteriores, garantindo que a exigência seja justa e proporcional ao objeto da licitação.

11.1.5. Portanto, a inclusão desta exigência no termo de referência é essencial para a seleção de fornecedores qualificados, assegurando a eficiência e a qualidade na execução dos serviços contratados, bem como promovendo um mercado mais inclusivo e competitivo.

QUANTIFICAÇÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA CADA LOTE

Lote	Descrição do material	Unidade	Quantidade Total	Quantidade Exigida
01	CAP 30/45 – Cimento Asfáltico de Petróleo (grau de penetração 30/45)	T	3.739	934,75
02	CAP 30/45 – Cimento Asfáltico de Petróleo (grau de penetração 30/45)	T	416	104
03	CM-30 – Cimento Asfáltico Diluído de Cura Média	T	180	45
04	CM-30 – Cimento Asfáltico Diluído de Cura Média	T	20	5
05	RC-1C-E – Emulsão Asfáltica Catiônica de Rompimento Rápido Tipo 1 Estabilizada	T	1.260	315
06	RC-1C-E – Emulsão Asfáltica Catiônica de Rompimento Rápido Tipo 1 Estabilizada	T	140	35
07	RR-2C – Emulsão Asfáltica Catiônica de Rompimento Rápido Tipo 2	T	270	67,5
08	RR-2C – Emulsão Asfáltica Catiônica de Rompimento Rápido Tipo 2	T	30	7,5
09	EAI – Emulsão Asfáltica de Imprimação	T	180	45
10	EAI – Emulsão Asfáltica de Imprimação	T	20	5

12. EXIGÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

12.1. À luz da Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, e do Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020, para os contratos com valor global igual ou superior a R\$ 6.184.987,50 (seis milhões, cento e oitenta e quatro mil novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e cujo prazo de validade ou de execução seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, a empresa a ser contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, no momento da formalização da relação contratual, declaração de existência de Programa de Integridade nos termos da Lei nº 6.112, de 2018. O descumprimento das exigências referidas na Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, ensejará nas penalidades previstas na própria Lei.

12.2. Além da Declaração de existência de Programa de Integridade citada no subitem anterior, para celebração do contrato será exigida também a apresentação dos seguintes documentos pela empresa a ser contratada:

12.2.1. Relatório de Perfil, nos termos do Anexo I do Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020;

12.2.2. Relatório de Conformidade do Programa, nos termos do Anexo II do Decreto nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020.

12.3. O prazo máximo da entrega da documentação relacionada nos itens 12.1 e 12.2 é de 5 (cinco) dias úteis a ocorrer a partir do recebimento da solicitação de envio desta documentação. O não cumprimento deste prazo ou a não entrega de qualquer dos documentos supra relacionados caracterizará o descumprimento das exigências referidas na Lei nº 6.112, de 02 de fevereiro de 2018 e ensejará nas penalidades previstas na própria Lei.

13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

13.1. Sempre que aplicável, a empresa licitante deverá observar critérios de sustentabilidade conforme os subitens abaixo. Essa exigência visa garantir que os processos de contratação estejam alinhados com práticas responsáveis, promovendo a preservação ambiental, o uso consciente de recursos naturais e a adoção de medidas que minimizem impactos negativos ao meio ambiente e à sociedade. Dessa forma, busca-se incentivar o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade corporativa dentro do contexto das licitações.

13.1.1. A CONTRATADA deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação vigente e demais normas aplicáveis, independentemente do detalhamento e/ou das especificações dos projetos de engenharia.

13.1.2. A CONTRATADA deverá prever, em seus projetos, o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de todos os resíduos gerados, abrangendo coleta, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final. O gerenciamento deverá atender ao Decreto nº 46.520, de 13 de Novembro de 2024, à Portaria SODF nº 03, de 11 de Janeiro de 2024, ao Decreto nº 45.189, de 22 de Novembro de 2023, à Lei nº 5.610/2016, à Lei Distrital nº 5.418/2014, à Lei nº 4.704/2011, à Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas atualizações, bem como às disposições sobre gestão integrada de resíduos da construção civil e resíduos volumosos, conforme estabelecido na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei nº 12.305/2010.

13.1.3. Quando aplicável, a CONTRATADA deverá elaborar e submeter à aprovação do órgão ou entidade distrital competente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme a Lei Distrital nº 4.702/2011 e o Decreto nº 45.189, de 22 de Novembro de 2023.

13.1.4. A CONTRATADA deverá possuir profissionais devidamente cadastrados e vinculados à empresa no sistema PGRS Digital, assim como elaborar o(s) Plano(s) de Gerenciamento de Resíduos Sólidos nesse sistema, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme o Decreto nº 46.520, de 13 de Novembro de 2024.

13.1.5. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes estabelecidas no Plano Distrital de Saneamento Básico, no Plano Diretor de Ordenamento Territorial, no Plano de Gestão Integrada de Recursos Hídricos do DF e no Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Afluentes Distritais do Rio Paranaíba.

13.1.6. Sempre que possível, a CONTRATADA deverá elaborar projetos que promovam:

13.1.6.1. A valorização, preservação, recuperação e uso adequado do sistema natural de drenagem do sítio urbano, especialmente dos corpos d'água;

13.1.6.2. A adoção de alternativas de tratamento de fundos de vale que minimizem impactos ambientais, garantindo a proteção das áreas de preservação permanente e assegurando soluções urbanísticas e paisagísticas adequadas para as áreas remanescentes;

13.1.6.3. A implementação de drenagem sustentável, por meio de soluções que incentivem a infiltração e a recarga artificial das águas pluviais, bem como a retenção e detenção do escoamento superficial;

13.1.6.4. O aproveitamento e a promoção da infiltração das águas pluviais, desde que atendidos os requisitos de saúde pública e proteção ambiental pertinentes;

13.1.6.5. A adoção das melhores práticas de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, priorizando medidas de controle na fonte que favoreçam a infiltração, detenção e retenção das águas pluviais.

13.1.7. A CONTRATADA deverá obter toda a documentação necessária para a emissão da outorga prévia, quando aplicável. Nesses casos, o recebimento definitivo do projeto estará condicionado à emissão desse documento pela ADASA.

13.1.8. Quando exigido, a CONTRATADA deverá providenciar toda a documentação e os estudos necessários para a obtenção da licença ambiental, bem como possuir Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais (CTF/APP - IBAMA) e registro no sistema HARPIA/IBRAM para as tratativas relacionadas ao licenciamento ambiental. O recebimento definitivo dos estudos estará condicionado à aprovação pelo órgão ambiental competente.

13.1.9. A CONTRATADA deverá apresentar, quando aplicável, documento contendo informações referentes às interferências arbóreas previstas na elaboração do projeto. Caso seja necessária a apresentação de Inventário Florestal para solicitação de Autorização para Supressão Vegetal (ASV), fica a CONTRATADA responsável por sua elaboração, acompanhada de respectiva ART, bem como dos demais documentos técnicos exigidos e do devido cadastro no no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor/IBAMA) e no sistema HARPIA/IBRAM. A tramitação das solicitações de supressão arbórea deverá ser realizada junto ao órgão ambiental competente, em conformidade com o disposto no Decreto Distrital nº 39.469/2018 e demais normativas correlatas.

13.1.10. A CONTRATADA deverá verificar se os estudos apresentados estão em conformidade com as normativas vigentes e se atendem à necessidade de emissão de documentos, alvarás e demais licenças exigidas pelos órgãos licenciadores.

13.1.11. Caso sejam necessários documentos adicionais, como licenças, anuências, alvarás ou manifestações de órgãos competentes, a CONTRATADA deverá se manifestar previamente.

13.1.12. A CONTRATADA será responsabilizada por eventuais crimes ambientais que vier a praticar, nos termos da legislação ambiental e demais normas vigentes.

13.1.13. A CONTRATADA deverá observar as especificidades do caso em questão, conforme análise complementar disponibilizada no processo.

14. AUDITORIAS E INSPEÇÕES

14.1. AUDITORIA

14.1.1. É **facultado** à empresa licitante vencedora contratar uma empresa de auditoria independente para realizar tais serviços. O custo relacionado a esses serviços será de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, não gerando nenhum ônus, em tempo algum, para a NOVACAP.

14.2. INSPEÇÕES

14.2.1. As inspeções **poderão** ser realizadas periodicamente por representantes da NOVACAP ou por uma entidade terceira contratada, com o objetivo de verificar a conformidade das operações estabelecidas neste Termo de Referência. Essas inspeções serão conduzidas de forma aleatória e sem aviso prévio à contratada, garantindo que a fiscalização ocorra em condições reais de operação e assegurando a integridade e a qualidade do serviço prestado.

15. PRAZOS, LOCAL, HORÁRIO E ENTREGA DO MATERIAL

15.1. PRAZOS

15.1.1. O registro de preços a ser formalizado na Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, conforme Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap (RLC).

15.1.2. O prazo de vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, serão de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogados na forma, condições e hipóteses previstas no Edital e no art. 177 e 178 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

15.1.3. O prazo máximo para a entrega dos materiais será de até **96 (noventa e seis) horas corridas**, contado a partir da data da solicitação formal do produto realizada pelo(s) executor(es) das Atas de Registro de Preços e dos contratos delas derivados. Esse prazo é improrrogável, salvo situações excepcionais devidamente justificadas e aceitas pela NOVACAP.

15.1.4. Para garantir o pleno atendimento deste prazo, poderá a CONTRATADA a manutenção de estoque próprio dos materiais, medida esta que se destina a assegurar a agilidade no fornecimento. A eventual formação ou manutenção desse estoque não acarretará **quaisquer ônus adicionais à NOVACAP**, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA a gestão dos seus insumos e recursos logísticos para garantir as entregas dentro do prazo.

15.1.5. Caso a refinaria definida pela CONTRATADA esteja, por qualquer motivo, indisponível para o refino ou fornecimento dos materiais, caberá à mesma adotar, **às suas expensas**, todas as providências necessárias para viabilizar o carregamento em outro local, de forma a não comprometer o prazo estabelecido de **96 (noventa e seis) horas corridas**, contado igualmente a partir da solicitação do(s) executor(es) das Atas de Registro de Preços e dos contratos delas derivados e não acarretará **quaisquer ônus adicionais à NOVACAP**, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA a gestão dos seus insumos e recursos logísticos para garantir as entregas dentro do prazo.

15.1.6. A CONTRATADA permanece integralmente responsável pela adoção das medidas logísticas e operacionais necessárias ao fiel cumprimento das condições pactuadas, de modo a garantir a regularidade e a continuidade do fornecimento, sem prejuízo às demandas da NOVACAP e sem **quaisquer ônus adicionais à Companhia**.

15.1.6.1. O material a ser entregue não acarretará quaisquer ônus adicionais a NOVACAP, ficando a cargo da empresa qualquer evento que possa surgir.

15.1.6.2. As solicitações serão realizadas por quaisquer meios de comunicação que possam ser comprovados posteriormente, como: e-mail, ofício, carta, *WhatsApp*, mensagem de texto, mensagem de voz ou quaisquer outros meios de comunicação.

15.1.7. Procedimento para Solicitação de Prorrogação de Prazo de entrega do material

15.1.7.1. Solicitação de Prorrogação

A CONTRATADA deverá redigir um documento formal para solicitar a prorrogação do prazo de entrega do material. O documento deverá apresentar justificativas claras, objetivas e fundamentadas, acompanhadas de evidências e documentos comprobatórios, sempre que aplicável, para sustentar a necessidade da extensão do prazo.

15.1.7.2. Submissão ao Executor do Contrato

I - A solicitação de prorrogação deve ser submetida ao executor do contrato. A CONTRATADA deve encaminhar o documento de forma oficial, utilizando os canais estabelecidos no contrato para comunicação.

II - O executor do contrato, analisará a solicitação de prorrogação e emitirá um parecer técnico sobre o assunto. Esse parecer deve considerar as justificativas apresentadas e os impactos potenciais no cronograma e na execução do contrato.

III - O parecer técnico deve indicar claramente se o executor do contrato concorda ou não com a prorrogação solicitada. Em caso de discordância, o executor deve fundamentar a decisão com argumentos técnicos.

15.1.7.3. **Decisão Final:** Após a emissão do parecer técnico, o documento será analisado pela Diretoria da área onde o contrato está em execução, ou seja, área do executor do contrato, que decidirá se autoriza ou não a prorrogação. A decisão deve ser formalizada por escrito.

15.1.7.4. **Comunicação Oficial:** A decisão final deve ser comunicada oficialmente à CONTRATADA por meio dos canais de comunicação estabelecidos no contrato. A CONTRATADA deve confirmar o recebimento da decisão e proceder conforme as instruções fornecidas.

15.2. LOCAL

15.2.1. O local de entrega será em local específico que serão informados pelo executor do contrato, dentro da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, que está situada ao SAP Sul, Lote B, Brasília - DF, CEP 71.215-000.

15.2.1.1. Coordenadas (Google):

I - **Latitude: 15°48'53.91"S**

II - **Longitude: 47°57'21.69"O**

15.3. Requisitos Técnicos para Transporte e Descarga do Material

15.3.1. O equipamento de transporte deverá estar **lacrado com selo numerado**, sendo obrigatória a menção da **mesma numeração na nota fiscal** que acompanha o material.

15.3.2. O material betuminoso CAP 30/45 a ser entregue deverá estar em **temperatura mínima de 145°C no momento da descarga**, conforme especificações técnicas estabelecidas.

15.3.3. Caso o material apresente temperatura inferior à exigida, a **CONTRATADA deverá promover o reaquecimento do produto de forma segura e ambientalmente adequada**, assumindo integralmente os custos envolvidos no processo.

15.3.4. Considerando que, em condições normais de operação, materiais com temperatura elevada requerem o aquecimento prévio do **registro de descarga e de partes da tubulação externa do veículo de transporte**, caberá à CONTRATADA **garantir, por sua conta e risco, os meios adequados para o aquecimento desses acessórios**, assegurando que o processo ocorra com segurança operacional e sem riscos ao meio ambiente.

15.3.5. Os materiais serão fornecidos conforme unidades descritas no item **6. DESCRIÇÃO DAS QUANTIDADES E VALORES**, conforme especificações e quantitativos solicitados, sendo de responsabilidade da contratada providenciar o transporte que melhor se adeque a esse pedido.

15.3.6. Os materiais somente serão recebidos se estiverem em conformidade com as normas e especificações técnicas que fazem parte deste Termo de Referência, assim como todas as exigências relacionadas à qualidade e características do produto, conforme os critérios de aprovação estabelecidos e acompanhado de laudo emitido pela refinaria.

15.3.7. O material a ser entregue não acarretará quaisquer custos adicionais para a NOVACAP. A empresa vencedora do certame será responsável por qualquer evento relacionado ao transporte ou entrega do material, incluindo eventuais custos extras decorrentes de problemas de

transporte, destinação ou outros imprevistos.

15.3.8. A Administração indicará de forma precisa, individual e nominal, agente responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, a quem competirá as atribuições e responsabilidades dos artigos 219 ao 225 do RLC da NOVACAP, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

15.3.9. **Procedimento para Recebimento e Verificação dos Materiais:** Os procedimentos a serem seguidos para o recebimento do material serão conforme descrito abaixo:

15.3.9.1. **Procedimento Inicial de Pesagem e Inspeção**

I - Ao chegar no pátio da NOVACAP, o veículo de transporte do material deverá se dirigir à balança rodoviária da Companhia para ser pesado. O peso bruto do veículo será registrado, e, em seguida, o veículo deverá seguir para o local de entrega que em regra é na Divisão de Produção de Material (DPMA) da NOVACAP.

II - O lacre deverá permanecer no equipamento e **só será rompido no ato do descarregamento.**

III - A NOVACAP realizará, sempre que necessário o ensaio de laboratório dos materiais. Estes poderão ser ensaiados posteriormente ou no ato da descarga.

IV - No caso de reprovação do material pelo laboratório, a empresa vencedora do certame pode solicitar uma nova análise e acompanhar os serviços laboratoriais.

V - Caso a empresa vencedora do certame decida realizar ensaios de contraprova, estes ensaios **deverão** ocorrer nas dependências da NOVACAP, na Divisão de Laboratório (DLAB). Esses ensaios serão acompanhados por técnicos da NOVACAP, incluindo engenheiros e/ou técnicos específicos da área.

VI - A empresa vencedora do certame deverá apresentar em cada entrega laudo do material com assinatura de responsável técnico.

15.3.9.2. **Procedimentos de descarregamento**

I - **Antes de iniciar o descarregamento, o motorista deve se apresentar aos funcionários responsáveis pelo Setor onde o material será descarregado.** Neste momento, o motorista deverá apresentar os documentos necessários para o fornecimento ou transporte do material. Estes documentos deverão ser entregues ao responsável pelo Setor, funcionários do local ou executor do contrato.

a) Somente após a verificação e aprovação da documentação pelo funcionário responsável, o material poderá ser descarregado.

b) **Somente neste momento o lacre será rompido.**

II - **Pesagem Após o Descarregamento**

a) Após o descarregamento, o veículo deverá se dirigir novamente à balança rodoviária da NOVACAP para ser pesado novamente.

b) A diferença entre o peso bruto do veículo carregado e o peso do veículo vazio servirá como comprovante da quantidade de material efetivamente entregue.

c) A balança emitirá um tíquete de pesagem, que será entregue ao motorista e deverá ser utilizado como comprovante para o pagamento do material entregue.

d) A medição do material fornecido será feita por unidade específica de cada item.

15.3.9.3. A CONTRATADA deverá dispor de equipamentos e materiais de comprovada qualidade, que atendam rigorosamente às condições estabelecidas nas especificações técnicas descritas no Termo de Referência.

15.3.9.4. Caso os materiais fornecidos não estejam em conformidade com as exigências técnicas ou apresentem qualidade inferior, estes poderão ser recusados pela NOVACAP, cabendo à CONTRATADA arcar integralmente com os custos decorrentes, incluindo materiais, transporte, mão de obra e quaisquer outros encargos incidentes, **sem que reste qualquer obrigação financeira à Companhia.**

15.3.9.5. A entrega do material será realizada de forma parcelada, conforme a demanda, nos termos da **Nota Técnica 71 (179228815)**, de acordo com os pedidos formais emitidos pelo Gestor do Contrato.

15.3.9.6. O fornecimento do objeto deverá obedecer às unidades e condições especificadas neste Termo de Referência, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a logística de entrega que atenda aos quantitativos e cronogramas solicitados.

15.3.9.7. A conferência do material entregue será realizada por item/unidade, conforme discriminado no pedido, e registrada para fins de aceite contratual.

15.3.9.8. A fiscalização da execução contratual será exercida por servidor designado como **executor do contrato**, conforme previsto na legislação vigente.

15.3.9.9. A Administração indicará formalmente, de maneira nominal e individual, o agente responsável pela fiscalização, ao qual caberá o cumprimento das atribuições estabelecidas nos artigos 219 a 225 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP (RLC), sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

15.4. **HORÁRIO**

15.4.1. O horário de entrada na NOVACAP será de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 11h30 e das 13h00 às 15h00. Antes ou após os horários estipulados não será permitida a entrada dentro da Companhia.

15.4.1.1. Os horários estabelecidos visam evitar custos adicionais para a NOVACAP decorrentes de períodos extraordinários de operação. Em casos de descargas que exijam equipamentos auxiliares, o planejamento adequado dos horários permite otimizar recursos, reduzir despesas imprevistas e garantir maior eficiência na gestão logística. Dessa forma, busca-se manter a sustentabilidade financeira e operacional da empresa, evitando encargos desnecessários e assegurando o cumprimento das atividades dentro dos limites orçamentários.

15.4.2. Entregas aos sábados, domingos e feriados somente serão aceitas se, e somente se, a NOVACAP estiver com programação de serviços para estes dias ou se houver anuência do executor do contrato juntamente com as Diretorias demandantes do material.

16. **HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO**

16.1. **Cumprimento das Normas de Segurança e Higiene do Trabalho**

16.1.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as exigências das normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo equipamentos de proteção individual (EPIs) e coletiva necessários para o desempenho de cada atividade específica. Isso inclui a todos os que trabalham ou permaneçam em áreas de risco, garantindo que esses equipamentos estejam permanentemente em condições de funcionamento, com qualidade e tecnologia adequadas. A CONTRATADA será responsável pela orientação e fiscalização da utilização destes equipamentos, devendo exigir que seus

empregados, quando em serviço, utilizem todos os EPIs necessários, tais como capacetes, luvas, óculos de segurança, protetores auriculares, entre outros, observando as regras de segurança, higiene e apresentação pessoal.

16.1.2. A CONTRATADA deverá também, fornecer protetor solar aos empregados expostos ao sol na execução das obras e serviços, conforme art. 2º, § 1º, inciso I da Lei Nº 4.182 de 21 de julho de 2008 e NR 06 do Ministério do Trabalho.

16.2. **Segurança e Medicina do Trabalho**

16.2.1. A CONTRATADA deverá atender à Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho:

(...)

Art. 162 - As empresas, de acordo com as normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, estarão obrigadas a manter serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho. (SESMET)

Art. 163 - Será obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, nos estabelecimentos ou locais de obras nelas especificadas.

(...)

16.3. **Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho**

16.3.1. A CONTRATADA deverá atender a todas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho aprovadas, em especial:

16.3.1.1. **NR-4:** Dimensionamento do SESMET vinculado à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento constantes dos Quadros I e II desta norma (aplicável somente para empresas que possuam acima de 100 empregados);

16.3.1.2. **NR-5:** A CIPA será composta de representantes do empregador e dos empregados, de acordo com as proporções mínimas estabelecidas no Quadro I desta norma (aplicável somente às empresas que, para execução do contrato, necessitem dispor de mais de 20 de seus empregados);

16.3.1.3. **NR-6:** Equipamentos de Proteção Individual;

16.3.1.4. **NR-7:** Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);

16.3.1.5. **NR-10:** Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

16.3.1.6. **NR-12:** Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;

16.3.1.7. **NR-15:** Atividades e Operações Insalubres;

16.3.1.8. **NR-16:** Atividades e Operações Perigosas;

16.3.1.9. **NR-18:** Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;

16.3.1.10. **NR-35:** Trabalho em Altura.

16.4. **Identificação e Apresentação dos Profissionais**

16.4.1. A CONTRATADA deverá garantir que os profissionais se apresentem dentro dos padrões de eficiência e higiene, além de EPIs adequados, inclusive calçados apropriados a cada ofício, em atendimento à NR 6.

17. **DO PAGAMENTO**

17.1. **Formas, Condições e Prazos dos Pagamentos**

17.1.1. Os pagamentos serão efetuados conforme descrito neste item e de acordo com o que for estabelecido no Edital e no Contrato. As formas, condições e prazos para os pagamentos devem ser cuidadosamente observados pela CONTRATADA, assegurando o cumprimento das normas contratuais.

17.2. **Procedimento para Pagamento**

17.2.1. Após a aceitação dos materiais por parte do executor do contrato e a apresentação da documentação exigida no Edital e/ou Contrato, o pagamento será efetuado de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal. O pagamento será realizado em parcela(s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, que deverá ser liquidada até 30 (trinta) dias após sua apresentação, desde que devidamente atestada pelo Executor do Contrato e que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento, conforme estipulado no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

17.2.2. Durante a vigência do contrato, **poderão ser solicitados pelo fiscal documentos complementares**, tais como notas fiscais emitidas pela refinaria.

17.2.3. No caso de **subcontratação ou terceirização do frete do material**, a CONTRATADA deverá apresentar as respectivas notas fiscais referentes ao serviço prestado, as quais **integrarão obrigatoriamente o processo de pagamento**. **(eliminar)**

17.3. **Pagamento com Base em Preços Unitários**

17.3.1. O pagamento será efetuado com base nos preços unitários contratuais, os quais representarão a compensação integral por todas as operações, incluindo transportes, materiais, perdas, mão de obra, equipamentos, encargos e eventuais necessários para o completo fornecimento do material. Esses preços unitários devem refletir todos os custos associados à entrega e à qualidade dos materiais fornecidos.

17.4. **Transporte de Produto Betuminoso – Requisitos Obrigatórios**

17.4.1. O transporte de produto betuminoso somente será permitido quando realizado por transportador de produtos perigosos devidamente licenciado por qualquer órgão ambiental competente do território nacional. É obrigatório manter registro contendo a data do transporte, a identificação do responsável pelo transporte/operação e a licença ambiental vigente que autoriza o transporte de produtos perigosos.

17.4.2. A documentação exigida — ou seja, a licença ambiental válida do transportador de produtos perigosos, além da identificação do responsável pelo transporte e a data da operação — **deverá obrigatoriamente acompanhar a nota fiscal da carga transportada**. Isso significa que, no momento do transporte, todos esses documentos precisam estar disponíveis junto com a nota fiscal, seja em formato físico ou digital, conforme exigência do órgão fiscalizador.

17.4.3. Além disso, essa documentação é **válida apenas para a carga específica descrita naquela nota fiscal**, ou seja, **não pode ser reutilizada para outras cargas ou viagens**. Cada operação de transporte deve ter seus próprios documentos.

17.4.4. Por fim, os documentos devem ser **individualizados por veículo transportador**. Isso quer dizer que, se mais de um caminhão estiver envolvido no transporte (por exemplo, em grandes volumes ou entregas fracionadas), **cada caminhão deve apresentar sua própria cópia da documentação exigida**, vinculada à sua carga específica.

17.5. **Obrigações Relativas à Documentação do Frete dos Produtos Betuminosos**

17.5.1. Em estrita observância à **Licença de Operação SEI-GDF nº 84/2024 – IBRAM/PRESI**, que disciplina a atividade da usina de produção de asfalto da Companhia Urbanizadora do Brasil - NOVACAP, e em atendimento ao disposto no **Item 12 das Condicionantes, Exigências e Restrições**, ficam estabelecidas as seguintes determinações:

17.5.2. Apenas permitir o transporte do produto asfáltico por transportador de produtos perigosos devidamente licenciado por qualquer órgão ambiental do território nacional:

I - Manter registro de data, do responsável pelo transporte do produto asfáltico e da licença ambiental do responsável para o transporte de produtos perigosos vigente.

17.5.3. É **obrigatória, inadiável e inderrogável** a apresentação da documentação comprobatória relativa ao frete dos produtos betuminosos, condição essencial e imprescindível para a plena conformidade contratual e operacional.

17.5.4. A **ausência da documentação comprobatória** acarretará o **impedimento imediato e automático** da tramitação do processo de pagamento relativo ao transporte do produto asfáltico.

17.5.5. O descumprimento dessa obrigação sujeitará a CONTRATADA à aplicação das **penalidades e sanções administrativas cabíveis**, nos termos da legislação vigente, do contrato e da **matriz de riscos**.

17.5.6. Qualquer **embargo, suspensão ou paralisação** das atividades da usina de produção de asfalto por órgãos ambientais, em razão do não atendimento integral ao subitem **17.5 Obrigações Relativas à Documentação do Frete dos Produtos Betuminosos**, será de **responsabilidade integral, exclusiva e intransferível da CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

17.5.7. Para cada entrega, a documentação exigida deverá acompanhar o material durante **todo o trajeto**, desde o carregamento na refinaria até a chegada ao destino final, sendo **obrigatória a sua apresentação, de forma imediata e incondicional, no ato do descarregamento**, ao executor do contrato ou ao agente público designado para acompanhar a operação.

17.5.8. A referida documentação **constituirá parte integrante e indispensável do processo de pagamento**. A sua ausência ou irregularidade implicará o **bloqueio automático e integral da tramitação do processo de pagamento**, o qual permanecerá suspenso até a plena regularização, **sem qualquer ônus para a CONTRATANTE**.

17.5.9. O descumprimento desta obrigação poderá ensejar, ainda, a aplicação das **penalidades e sanções administrativas cabíveis**, conforme legislação vigente, contrato e matriz de riscos

18. REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

18.1. REAJUSTAMENTO

18.1.1. Para fins de reajustamento do Contrato, deverão ser observadas as seguintes condicionantes:

18.1.2. **Preços Fixos em Período Inferior a Um Ano:** Em período inferior a um ano, os preços serão fixos e irrevogáveis, conforme o art. 28 da Lei 9.069/95. Esta medida visa assegurar a estabilidade dos preços durante o primeiro ano de vigência do contrato, protegendo tanto a contratante quanto a contratada de flutuações inesperadas no mercado.

18.1.3. Reajuste Após 12 Meses

18.1.3.1. O reajuste contratual será aplicado após o interregno do prazo de 12 (doze) meses, automaticamente, a partir da data do Orçamento Estimativo da Novacap, (186937629) de 11 de novembro de 2025, conforme recomendado pela Decisão nº 3188/2023, do TCDF.

18.1.3.2. Para efeito de reajuste do futuro contrato, adotar-se-ão os índices de reajustamento das TABELAS DE ÍNDICES DE REAJUSTAMENTO DE OBRAS RODOVIÁRIAS disponíveis no sítio eletrônico do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), apurados pela Fundação Getúlio Vargas, conforme estabelece a Instrução Normativa DNIT nº 01/2023 (Doc. SEI/GDF 137184490), de 24 de Janeiro de 2023, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 018 em 25 de janeiro de 2023, ou norma que a substitua.

18.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

18.2.1. Para fins de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, deverão ser observadas as seguintes condicionantes:

18.2.1.1. Possibilidade de Reequilíbrio

I - O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido a qualquer tempo, conforme disposto no artigo 210 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP. Esta cláusula assegura que o contrato permaneça justo e equilibrado, mesmo diante de circunstâncias imprevistas que possam afetar significativamente os custos de execução.

18.2.1.2. Documentação Comprobatória

I - Para pleitear o reequilíbrio dos preços contratados, a CONTRATADA deverá apresentar documentação comprobatória robusta que demonstre, de forma clara e objetiva, a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro na execução contratual.

II - A documentação deve permitir à NOVACAP avaliar com precisão as causas do desequilíbrio, sua relação direta com o objeto contratado e a proporcionalidade do impacto financeiro alegado.

III - Documentos mínimos que poderão ser exigidos:

a) **Notas fiscais de compra emitidas por produtores ou refinarias em nome da CONTRATADA, que evidenciem de forma clara os valores efetivamente pagos.** No que se refere à apresentação dessas notas fiscais, fica resguardado à NOVACAP o direito de **exigir a quantidade de documentos que julgar necessária** para comprovar a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro, **inclusive com a solicitação de notas fiscais secundárias**, de forma a garantir a consistência e rastreabilidade das informações apresentadas;

b) **Cartas ou comunicados oficiais dos fornecedores** (produtores/refinarias) informando reajustes ou alterações nos preços praticados, preferencialmente com periodicidade mensal;

c) **Cópia de contratos firmados com produtores/refinarias**, contendo informações como preços pactuados, índices de correção, prazos de vigência e cláusulas de reajuste, se houver;

d) **Planilhas de composição de custos atualizadas**, comparando os preços originalmente contratados com os novos valores de insumos, mão de obra, transporte, entre outros, quando aplicável;

e) **Relatórios técnicos ou pareceres contábeis**, quando necessário, atestando a variação significativa de custos e sua repercussão sobre o equilíbrio do contrato;

f) **Publicações oficiais ou boletins de preços** (ANP), que demonstrem aumento significativo nos preços de mercado de insumos relevantes;

g) **Memória de cálculo detalhada**, com metodologia adotada e evidência de que o impacto alegado está restrito à parcela contratual afetada;

h) **Declaração formal da CONTRATADA**, assumindo responsabilidade pela veracidade das informações apresentadas e reconhecendo que a solicitação será analisada nos termos da legislação vigente.

18.2.1.3. Procedimentos e Critérios

I - O pedido de reequilíbrio deve estar em conformidade com os procedimentos e critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº. 367/2022 - NOVACAP/PRES/ASESP (**Doc. SEI/GDF nº 96359900, processo SEI 00112-00021425/2021-55**). A observância rigorosa desses procedimentos é essencial para a validação do pedido e para garantir a transparência e a justiça no processo de reequilíbrio econômico-financeiro. Em caso de instruções ou determinações mais recentes dos órgãos de controle externo, essas normas prevalecerão sobre as anteriores.

II - Para preços de insumos asfálticos ou betuminosos, serão adotados os parâmetros da Resolução nº 13, de 02 de junho de 2021, (**Doc. SEI/GDF (181392005)**) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, ou norma que a substitua.

III - Para fins de **reequilíbrio de preços dos insumos não betuminosos**, a CONTRATADA deverá apresentar à NOVACAP toda a **documentação comprobatória exigida**, apta a demonstrar, de forma clara e objetiva, a efetiva necessidade do reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado, **aplicando-se, por analogia, as mesmas exigências estabelecidas para os produtos betuminosos, sempre que couber.**

IV - A concessão do reequilíbrio econômico-financeiro **dependerá da ocorrência de eventos supervenientes**, mas não se limitando a fatos que:

- a) Sejam **imprevisíveis** ou, se previsíveis, apresentem **efeitos incalculáveis**;
- b) **Extrapolem os riscos ordinários do contrato**, não se confundindo com variações normais de mercado;
- c) Sejam **alheios à vontade das partes**, não decorrendo de culpa ou má gestão do contratado;
- d) **Afetem a equação econômico-financeira original**, gerando onerosidade excessiva à parte contratada;
- e) **Fato do príncipe**: atos gerais do Poder Público que impactem a execução contratual (ex.: criação, alteração ou extinção de tributos, mudanças regulatórias, novas exigências legais);
- f) **Fato da Administração**: condutas do próprio ente contratante que onerem ou prejudiquem a execução (ex.: ordens de paralisação, alteração unilateral do contrato, atraso nos pagamentos, atraso na entrega de áreas, terrenos ou projetos);
- g) **Fato de terceiro**: eventos provocados por agentes externos, sem relação direta com as partes, mas que impactem o contrato (ex.: greves gerais, bloqueios de transporte, sabotagens);
- h) **Caso fortuito ou força maior**: acontecimentos inevitáveis e alheios ao controle das partes (ex.: catástrofes naturais, enchentes, secas extremas, terremotos, incêndios, epidemias, pandemias, guerras, conflitos armados, embargos econômicos internacionais);
- i) **Alterações tecnológicas ou normativas supervenientes**, que imponham novas exigências de qualidade, segurança, meio ambiente ou padrões técnicos não previstos inicialmente;
- j) **Oscilações anormais de preços de insumos essenciais** (aço, cimento, combustíveis, energia, insumos importados), em patamares imprevisíveis e de grande impacto.

19. GARANTIAS

19.1. **Será exigida da CONTRATADA uma garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato a ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias corridos.** A CONTRATADA poderá optar por uma das seguintes modalidades para a prestação da garantia:

- 19.1.1. Caução em dinheiro;
- 19.1.2. Seguro - garantia;
- 19.1.3. Fiança bancária.

19.2. Em caso de alteração do valor do contrato, o valor da garantia deverá ser atualizado nas mesmas condições pactuadas originalmente, garantindo que a segurança financeira do contrato seja mantida durante toda a sua vigência. A CONTRATADA deverá apresentar a comprovação da garantia escolhida antes do início dos serviços, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais.

19.3. Reposição do Valor da Garantia

19.3.1. Caso o valor da garantia seja utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a Contratada deverá a efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data de notificação.

19.4. Obrigatoriedade da Entrega do da Garantia

19.4.1. A CONTRATADA deverá apresentar a garantia contratual no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos** a contar da assinatura do contrato. O não cumprimento desse prazo poderá ensejar a aplicação de penalidades e sanções administrativas previstas em lei e no contrato.

19.4.2. A apresentação da garantia é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE qualquer obrigação de cobrança, notificação ou lembrete para o cumprimento dessa exigência.

19.4.3. A matriz de riscos do contrato prevê que a não apresentação da garantia no prazo estabelecido constitui risco integralmente alocado à CONTRATADA, sujeitando-a à aplicação da penalidade correspondente, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis.

19.4.4. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade de quaisquer acidentes durante a execução do serviço contratado, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos relacionados ao serviço contratado, em quaisquer tipos de situações.

20. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

20.1. Restrições à Modificação por Pessoas Não Autorizadas

20.1.1. Fica vedado à CONTRATADA o atendimento a qualquer solicitação de modificação, durante a vigência do contrato, proveniente de pessoas não autorizadas. Isso significa que a CONTRATADA deve desconsiderar quaisquer pedidos de alteração que não tenham sido formalmente emitidos pela autoridade competente ou pelo representante legalmente designado da NOVACAP. Esta medida visa assegurar que todas as modificações contratuais sejam devidamente controladas e autorizadas, garantindo a integridade e a transparência do processo.

20.2. Admissibilidade de Acréscimos e Supressões

20.2.1. Serão admitidos acréscimos e supressões nos serviços ou fornecimentos, desde que estejam em conformidade com a Lei 13.303/2016 e o Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP. No entanto, quaisquer solicitações de acréscimo ou supressão pela CONTRATADA não poderão corresponder a riscos alocados no mapa de riscos como sendo de responsabilidade da própria CONTRATADA. Essas modificações devem ser justificadas e aprovadas pela autoridade competente, assegurando que todas as alterações sejam devidamente avaliadas e documentadas.

20.3. Procedimento para Alterações Contratuais

20.3.1. Todos e quaisquer pedidos de alterações do contrato ou da Nota de Empenho devem ser dirigidos à autoridade responsável por sua emissão. Caberá a esta autoridade o deferimento ou indeferimento do pedido, com base em critérios técnicos e financeiros estabelecidos. A CONTRATADA deve formalizar todas as solicitações de alteração por escrito, detalhando as razões e o impacto previsto das modificações propostas.

20.4. Limites para Acréscimos e Supressões Contratuais

20.4.1. Os acréscimos ou supressões contratuais deverão seguir as diretrizes estabelecidas pelo Art. 181 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, que estabelece:

Art. 181. A contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato para os seus acréscimos.

§ 1º Nenhum acréscimo ou supressão poderá ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos, bem como exceder os limites estabelecidos no caput, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre a NOVACAP e a contratada.

§2º As alterações contratuais não podem suprimir a vantagem econômica inicialmente obtida pela NOVACAP e, caso a alteração contratual se refira a acréscimos e supressões simultâneas, não pode haver compensação entre ambas, sob pena de desvirtuação do objeto contratado.

§ 3º Os limites de (25% ou 50%, conforme o caso) tanto para acréscimos quanto para supressões, devem ser aplicados individualmente sobre cada item contratado, observando o valor inicial do contrato, devidamente atualizado.

§ 4º Apenas os valores referentes aos reajustes e repactuações não serão considerados no cálculo dos acréscimos e supressões de que trata o caput.

21. SUBCONTRATAÇÃO

21.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar a totalidade do objeto adjudicado. Será admitida a subcontratação, **exclusivamente, da parcela referente ao frete do material**, desde que observadas as condições abaixo:

21.1.1. **Apresentação de documentação comprobatória da relação entre a CONTRATADA e a SUBCONTRATADA**, mediante contrato ou instrumento equivalente.

21.1.2. **Comprovação da habilitação jurídica da SUBCONTRATADA**, por meio da apresentação de:

21.1.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

21.1.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedades por ações;

21.1.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

21.1.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, bem como ato de registro ou autorização de funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

21.1.3. **Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da SUBCONTRATADA**, mediante a apresentação de:

21.1.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

21.1.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, distrital ou municipal pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

21.1.3.3. Prova de regularidade perante a Fazenda do Distrito Federal para empresas sediadas no DF; e, para empresas sediadas em outros Estados ou Municípios, prova de regularidade junto às respectivas Fazendas Estadual e Municipal;

21.1.3.4. Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida pela Receita Federal, com autenticidade confirmada no sítio eletrônico do órgão;

21.1.3.5. Certidão Negativa de Débitos (CND) junto ao INSS, em plena validade;

21.1.3.6. Certificado de Regularidade do FGTS, em plena validade, emitido pela Caixa Econômica Federal;

21.1.3.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade, expedida via eletrônica pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440/2011.

21.1.4. **Compete à CONTRATADA:**

21.1.4.1. Fiscalizar os serviços executados pela SUBCONTRATADA, garantindo a observância integral deste Termo de Referência, das normas da ABNT e demais legislações aplicáveis, inclusive as relativas à saúde, higiene e segurança do trabalho;

21.1.4.2. Fornecer treinamento adequado e disponibilizar os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários;

21.1.4.3. Orientar e treinar a SUBCONTRATADA quanto às premissas de sustentabilidade, assegurando o cumprimento das metas ambientais, sociais e de governança estabelecidas pela CONTRATANTE.

21.2. Os documentos exigidos deverão ser emitidos em nome da SUBCONTRATADA, relativos ao seu domicílio ou sede, sendo admitida a emissão por meio eletrônico.

21.3. A responsabilidade pelo cumprimento integral das obrigações contratuais **não será transferida à SUBCONTRATADA**, permanecendo a CONTRATADA como única e direta responsável perante a CONTRATANTE.

21.4. **A responsabilidade integral pelo cumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízo do cumprimento de todas as exigências legais e das disposições deste Termo de Referência, permanecerá com a CONTRATADA**, que responderá **diretamente perante a CONTRATANTE**, inclusive por eventuais danos, multas, infrações ambientais ou descumprimentos contratuais cometidos pela SUBCONTRATADA.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. Recebimento do Objeto

22.1.1. A CONTRATANTE deverá receber o objeto fornecido pela CONTRATADA dentro do prazo estabelecido, desde que todas as condições especificadas neste Termo de Referência e seus anexos sejam integralmente atendidas pela CONTRATADA. É responsabilidade da

CONTRATANTE assegurar que o recebimento ocorra de maneira tempestiva, facilitando o cumprimento dos prazos contratuais.

22.2. Verificação de Conformidade

22.2.1. A CONTRATANTE deverá verificar a conformidade do material recebido provisoriamente com as especificações detalhadas neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela CONTRATADA. Esta verificação é fundamental para a aceitação e recebimento definitivo do material, garantindo que todos os requisitos técnicos e qualitativos sejam cumpridos.

22.3. Rejeição de Material Não Conforme

22.3.1. A CONTRATANTE tem o direito de rejeitar, total ou parcialmente, o material entregue que não esteja de acordo com o previsto neste Termo de Referência. A rejeição deve ser devidamente documentada, especificando os motivos e as inconformidades encontradas, para que a CONTRATADA possa tomar as medidas corretivas necessárias.

22.4. Acompanhamento e Fiscalização

22.4.1. A CONTRATANTE deverá acompanhar e fiscalizar rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA. Esta fiscalização será realizada por um empregado ou comissão especialmente designada para esta função, assegurando que todas as etapas do fornecimento sejam executadas conforme planejado e dentro dos padrões de qualidade exigidos.

22.5. Pagamento à Contratada

22.5.1. A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, conforme estabelecido neste Termo de Referência e seus anexos. O pagamento será realizado no prazo e na forma definidos, garantindo a compensação financeira adequada pelos serviços prestados.

22.6. Responsabilidade por Compromissos com Terceiros

22.6.1. A CONTRATANTE não se responsabiliza por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, nem por qualquer dano causado a terceiros decorrente de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados. A CONTRATADA é exclusivamente responsável por todas as suas obrigações e quaisquer consequências que possam advir de sua execução.

23. AS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cumprimento Integral das Obrigações

23.0.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, seus anexos e em sua proposta, assumindo integralmente os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto contratual. Deve também garantir a adequada execução de todos os aspectos relacionados ao contrato.

23.1. Acompanhamento do Saldo das Notas de Empenho

23.1.1. A CONTRATADA é responsável e obrigada a acompanhar, de forma diligente, o saldo das notas de empenho emitidas, devendo garantir que os valores disponíveis sejam suficientes para cobrir integralmente as despesas decorrentes da execução contratual. É expressamente vedada a prestação de serviços ou a entrega de materiais sem a devida e prévia cobertura orçamentária, sob pena de inadimplência não imputável à Administração Pública.

23.2. Controle de Regularidade Financeira

23.2.1. A CONTRATADA deve manter registros atualizados e comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer situação que indique a necessidade de reemissão ou suplementação das notas de empenho, assegurando a regularidade financeira e o cumprimento contratual.

23.3. Entrega e Documentação da Carga

23.3.1. A CONTRATADA deverá realizar o transporte do material de forma adequada e entregar o objeto em perfeitas condições, conforme especificações técnicas, no prazo e local estabelecidos. A entrega deve ser acompanhada da respectiva nota fiscal, nota de transporte e/ou romaneio, contendo todas as informações necessárias.

23.4. Observância das Regras de Transporte

23.4.1. A CONTRATADA deverá realizar o transporte do material em conformidade com os subitens **15.4 Requisitos Técnicos para Transporte e Descarga do Material**, **17.4 Transporte de Produto Betuminoso – Requisitos Obrigatórios** e **17.5 Obrigações Relativas à Documentação do Frete dos Produtos Betuminosos**, bem como com todos os seus respectivos subitens, observando integralmente as exigências técnicas e normativas aplicáveis.

23.5. Preservação da Integridade do Material

23.5.1. A CONTRATADA deve assegurar que o transporte seja feito utilizando veículos e métodos que preservem a integridade dos materiais, evitando danos que possam comprometer a qualidade dos produtos entregues. Além disso, deve garantir que todas as entregas sejam registradas e documentadas adequadamente para facilitar o rastreamento e a confirmação do recebimento.

23.6. Responsabilidade por Acidentes

23.6.1. A CONTRATADA será integralmente responsável por quaisquer acidentes ocorridos durante o transporte e a entrega, incluindo indenizações a terceiros.

23.6.2. A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas preventivas necessárias para garantir a segurança e a eficiência da operação, bem como para **prevenir, mitigar e reparar eventuais danos ambientais** decorrentes de sua atividade, atendendo integralmente à legislação ambiental vigente e às normas dos órgãos competentes.

23.7. Substituição de Materiais com Defeito

23.7.1. A CONTRATADA deverá, às suas expensas, substituir, reparar ou corrigir, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, qualquer material com avarias ou defeitos, após notificação da CONTRATANTE. Deve manter estoque de segurança para pronta reposição, evitando atrasos nas obras.

23.8. Comunicação de Impedimentos

23.8.1. A CONTRATADA deve comunicar imediatamente, por escrito, qualquer impedimento ao cumprimento dos prazos de entrega, com a devida comprovação e antecedência, permitindo a adoção de medidas alternativas pela CONTRATANTE.

23.9. Proatividade e Transparência

23.9.1. A CONTRATADA deve adotar uma postura proativa na resolução de problemas e manter a CONTRATANTE informada sobre qualquer situação que possa afetar o contrato. A comunicação clara é essencial para a confiança entre as partes.

23.10. Manutenção das Condições de Habilitação

23.10.1. A CONTRATADA deve manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

23.11. Atualização da Documentação

23.11.1. A CONTRATADA deve manter toda a documentação necessária devidamente atualizada e disponível para verificação a qualquer tempo pela NOVACAP, incluindo, mas não se limitando a, certificados, licenças, alvarás e autorizações exigidas pelos órgãos competentes, conforme a legislação vigente.

23.12. Atendimento às Solicitações

23.12.1. A CONTRATADA deve prestar todos os esclarecimentos solicitados pela NOVACAP durante a vigência do contrato, mantendo a comunicação transparente e eficaz.

23.13. Indicação de Preposto

23.13.1. A CONTRATADA deverá indicar um preposto para representá-la durante a execução do contrato. Este será o responsável direto pela interlocução com a NOVACAP e acompanhamento das atividades contratadas.

23.14. Perfil Técnico do Preposto

23.14.1. A CONTRATADA deve indicar um preposto que possua conhecimento técnico e experiência compatíveis com as atividades previstas, garantindo decisões informadas e ágeis.

23.15. Entrega no Prazo e Quantidade Solicitados

23.15.1. A CONTRATADA deve garantir que o material seja entregue no prazo e na quantidade solicitados pelo gestor do contrato, respeitando todas as condições acordadas. A pontualidade e a precisão na entrega são essenciais para o bom andamento das atividades da NOVACAP.

23.16. Monitoramento Logístico

23.16.1. A CONTRATADA deve manter controle contínuo sobre as entregas, por meio de sistemas de gestão que assegurem a pontualidade e a rastreabilidade dos processos logísticos. Eventuais atrasos deverão ser comunicados imediatamente à NOVACAP, acompanhados de plano de ação detalhado que contemple as medidas corretivas e os prazos para regularização.

23.17. Recolhimento de Materiais Recusados

23.17.1. A CONTRATADA deverá recolher, às suas expensas, todo material recusado pelo gestor do contrato.

23.18. Gestão de Ocorrências

23.18.1. A CONTRATADA deve-se manter registros das recusas e ações corretivas adotadas, assegurando melhoria contínua e não comprometimento do cronograma das obras.

23.19. Composição Detalhada de Preços

23.19.1. A CONTRATADA deve fornecer a composição detalhada de custo/preço do produto, conforme solicitado, garantindo total transparência.

23.20. Justificativa de Preços

23.20.1. A CONTRATADA deve estar preparada para justificar todos os componentes do preço apresentado, conforme práticas de mercado e o contrato firmado.

23.21. Canais de Comunicação Formalizados

23.21.1. A CONTRATADA deverá, no início da execução contratual, formalizar com o gestor do contrato os meios de comunicação que serão utilizados para solicitações, orientações e demais tratativas operacionais, tais como telefone, e-mail e aplicativos de mensagens. Esses canais deverão ser claramente definidos, registrados e mantidos atualizados ao longo de toda a vigência do contrato, de forma a assegurar a agilidade, a efetividade e a rastreabilidade das comunicações.

23.22. Operacionalidade da Comunicação

23.22.1. A CONTRATADA deve garantir que os canais estejam ativos e monitorados, assegurando respostas rápidas e eficientes.

23.23. Responsabilidade Ambiental

23.23.1. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente as normas ambientais, sendo responsável por eventuais danos causados ao meio ambiente.

23.24. Sustentabilidade nas Operações

23.24.1. A CONTRATADA deve adotar práticas sustentáveis e promover treinamentos ambientais para sua equipe, alinhando suas ações à legislação vigente.

23.25. Conformidade com Padrões de Qualidade

23.25.1. A CONTRATADA deve garantir que os materiais fornecidos estejam em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos no contrato.

23.26. Licenciamento Operacional

23.26.1. A CONTRATADA deverá manter licença de operação válida durante a vigência da ata e dos contratos.

23.27. Certificados de Qualidade

23.27.1. A CONTRATADA deverá fornecer certificados de qualidade e conformidade sempre que solicitado pela NOVACAP.

23.28. Controle de Qualidade dos Materiais

23.28.1. A CONTRATADA deve adotar sistema robusto de controle de qualidade, com inspeções e testes que garantam o atendimento às especificações.

23.29. Atualização Documental

23.29.1. A CONTRATADA deve manter todos os documentos contratuais atualizados e disponíveis para auditoria, assegurando conformidade e transparência.

23.30. Segurança no Transporte e Entrega

23.30.1. A CONTRATADA deve garantir que todos os procedimentos de segurança devam ser rigorosamente seguidos durante o transporte e

entrega dos materiais.

23.31. Gestão de Segurança

23.31.1. A CONTRATADA deve promover treinamentos, manutenção dos veículos e verificação contínua do cumprimento das normas de segurança.

23.32. Comunicação Eficiente com a NOVACAP

23.32.1. A CONTRATADA deve manter canais abertos e eficientes de comunicação com a NOVACAP, assegurando pronta resposta a demandas.

23.33. Suporte Técnico à NOVACAP

23.33.1. A CONTRATADA deverá, sempre que necessário, prestar suporte técnico à NOVACAP, com vistas ao esclarecimento de dúvidas e à solução de questões relacionadas ao fornecimento, garantindo a adequada execução contratual e a conformidade com as especificações estabelecidas.

23.34. Disponibilidade para Comunicação

23.34.1. A CONTRATADA deve estar sempre disponível para contato e pronta para responder a quaisquer solicitações ou dúvidas da NOVACAP. A comunicação clara e eficiente é essencial para a coordenação das atividades e a resolução de eventuais problemas durante a execução do contrato.

23.35. Responsabilidade pela Mão de Obra Utilizada

23.35.1. A CONTRATADA será inteiramente responsável pela contratação, remuneração, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais obrigações legais relativas aos seus empregados, prepostos ou subcontratados, isentando a NOVACAP de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

23.36. Responsabilidade por Danos ao Patrimônio Público

23.36.1. A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano causado ao patrimônio público ou a terceiros durante a execução do contrato, devendo reparar integralmente os prejuízos, sem ônus para a NOVACAP.

23.37. Atendimento a Normas Técnicas e Regulamentações

23.37.1. A CONTRATADA deve garantir que todos os serviços e materiais fornecidos atendam integralmente às normas técnicas da ABNT, às legislações municipais, distritais, estaduais e federais aplicáveis, bem como às regulamentações de órgãos fiscalizadores e ambientais.

23.38. Cooperação com a Fiscalização

23.38.1. A CONTRATADA deve permitir, sem restrições, o acesso da fiscalização da NOVACAP às instalações, documentos, veículos, materiais e demais recursos utilizados na execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos solicitados.

23.39. Apresentação de Relatórios Técnicos ou Operacionais

23.39.1. A CONTRATADA deverá, sempre que solicitado, apresentar relatórios contendo informações detalhadas sobre o fornecimento, transporte, controle de qualidade, desempenho logístico e demais aspectos relevantes à execução do contrato, conforme as exigências da NOVACAP e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

23.40. Disponibilidade de Plantão Logístico em Regime de Urgência

23.40.1. A CONTRATADA deverá, quando previamente acordado com a NOVACAP, disponibilizar meios adequados para atendimento em regime de urgência fora do horário comercial, assegurando canal de comunicação direta e resposta ágil às demandas emergenciais, de forma a não comprometer a continuidade e a eficiência dos serviços contratados.

23.41. Garantia de Rastreabilidade dos Materiais Fornecidos

23.41.1. A CONTRATADA deverá adotar procedimentos que permitam a rastreabilidade dos materiais fornecidos, identificando a origem, o lote, a data de produção e os dados logísticos de cada entrega realizada.

23.42. Participação em Reuniões de Acompanhamento

23.42.1. A CONTRATADA deverá, sempre que convocada, participar de reuniões técnicas, operacionais ou administrativas com a equipe da NOVACAP, com o objetivo de avaliar o andamento da execução contratual, solucionar eventuais pendências e apresentar propostas de melhoria contínua nos processos envolvidos.

24. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

24.1. Inexecução do Contrato

24.1.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com todas as consequências contratuais e legais previstas em Lei e no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP. A inexecução pode decorrer de diversas situações, como falhas na execução dos serviços, descumprimento de cláusulas contratuais, atrasos injustificados, entre outras, comprometendo a realização do objeto contratado e a relação de confiança entre as partes.

24.2. Motivos para Rescisão

24.2.1. Os motivos que podem levar à rescisão do contrato são diversos e estão claramente delineados no Art. 248 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, mas não se limitam a eles. Primeiramente, a falta de cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA pode ser um motivo significativo para a rescisão. Isso inclui qualquer descumprimento dos termos acordados no contrato, seja por falhas na execução dos serviços, fornecimento de materiais fora das especificações ou não atendimento aos prazos estipulados.

24.3. Procedimentos para Rescisão

24.3.1. A rescisão do contrato será formalizada e reduzida a termo, conforme o Art. 249 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, *litteris*:

Art. 249. A rescisão do contrato será efetivada e reduzida a termo:

I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes, nas hipóteses previstas no artigo anterior;

II - de forma amigável, por acordo entre as partes.

24.4. Consequências da Rescisão Unilateral

24.4.1. As consequências decorrentes da rescisão por ato unilateral da NOVACAP são apresentadas no Art. 250 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, *litteris*:

Art. 250. A rescisão por ato unilateral da NOVACAP acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste REGULAMENTO:

I - execução da garantia contratual, para ressarcimento dos prejuízos e dos valores das multas e indenizações a ela devidos pela contratada;

II - na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à NOVACAP.

24.5. Ainda assim a contratada estará sujeita a:

24.5.1. Aplicação de Penalidades

24.5.1.1. A CONTRATADA poderá ser sujeita à aplicação de penalidades contratuais, como multas, suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração pública por um período determinado.

24.5.2. Indenizações

24.5.2.1. A CONTRATADA poderá ser responsabilizada pelo ressarcimento de prejuízos causados à NOVACAP e a terceiros, decorrentes da inexecução contratual, incluindo custos adicionais incorridos pela administração para concluir o objeto do contrato.

24.5.3. Procedimentos Adicionais

24.5.3.1. Em caso de rescisão do contrato, a NOVACAP deve seguir os procedimentos estabelecidos no Regulamento de Licitações e Contratos, garantindo a formalização adequada de todos os atos, a comunicação às partes interessadas e a execução das medidas necessárias para resguardar os direitos e interesses da administração pública.

24.5.4. Mapa de risco

24.5.4.1. A CONTRATADA deverá, **antes do início da execução dos serviços**, tomar **ciência integral do Mapa de Risco** elaborado pela NOVACAP, comprometendo-se a cumpri-lo em sua totalidade. A leitura e compreensão do documento são **deveres da CONTRATADA**, que **não poderá alegar desconhecimento** de seu conteúdo ou das condições nele descritas.

24.5.4.2. Na hipótese de ocorrência de qualquer evento previsto no Mapa de Risco, a **CONTRATADA deverá comunicar formalmente à NOVACAP no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, apresentando **relatório circunstanciado** contendo as **medidas corretivas e preventivas adotadas**.

24.5.4.3. O **descumprimento dessas obrigações** poderá acarretar **sanções administrativas e contratuais**, sem prejuízo da **responsabilidade civil e trabalhista** da CONTRATADA e de sua **subcontratada**, se houver.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1. Das Sanções

25.1.1. Notificação de Ocorrências

25.1.1.1. Todas as ocorrências que possam resultar em sanções contra a CONTRATADA deverão ser precedidas de uma notificação formal por parte da NOVACAP. Essa notificação deve informar detalhadamente a falha e/ou descumprimento que esteja em desacordo com o Termo de Referência, seus anexos, o Edital e o **Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP**. A notificação deve ser clara, específica e fornecer à CONTRATADA a oportunidade de corrigir o problema ou apresentar sua defesa dentro de um prazo razoável, conforme consta no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.

25.2. Sanções por Descumprimento

25.2.1. O não cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, seus anexos, Contratos e Edital, bem como no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, sujeitará a CONTRATADA, garantido o direito à prévia defesa, conforme art. 251 Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, *litteris*:

(...)

Art. 251. São sanções aplicáveis pela NOVACAP:

I – advertência;

II – multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§1º A reincidência de atos ensejadores da sanção de advertência poderá acarretar a aplicação de penalidade de suspensão.

§ 2º A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas neste REGULAMENTO.

§ 3º O valor da multa aplicada após regular processo administrativo será descontado da garantia prestada pela contratada.

§ 4º Configurada a hipótese de ser o valor da multa aplicada superior ao valor da garantia prestada pela contratada, esta responderá pelo pagamento da diferença do valor apurado que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

§ 5º O não pagamento da multa aplicada pela contratada implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 6º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§ 7º O prazo da sanção prevista no inciso III do caput terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal.

§ 8º A sanção prevista no inciso III do caput implica durante a sua vigência na suspensão do registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

§ 9º A reincidência da prática de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 2 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

(...)

25.2.2. Reincidência de Atos Infracionais

25.2.2.1. A reincidência de atos que tenham levado à aplicação da sanção de advertência poderá resultar na aplicação de penalidade de suspensão. Isso reforça a necessidade de a CONTRATADA corrigir imediatamente quaisquer práticas inadequadas e evitar a repetição das mesmas.

25.2.3. Aplicação de Multa e Outras Sanções

25.2.3.1. A aplicação de multa não impede que a NOVACAP rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP. A combinação de sanções pode ser necessária para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e proteger os interesses da NOVACAP.

25.2.4. **Pagamento de Multas**

25.2.4.1. Se uma multa for aplicada, a CONTRATADA deverá arcar com o pagamento do valor apurado. Esse valor poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP à CONTRATADA ou, quando for o caso, cobrado judicialmente. A CONTRATADA deve ser notificada formalmente sobre o valor da multa e os prazos para seu pagamento.

25.2.5. **Consequências do Não Pagamento da Multa**

25.2.5.1. Configurada a hipótese do valor da multa a ser aplicada, o contratado responderá pelo pagamento do valor apurado que poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela NOVACAP, ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

25.2.5.2. O não pagamento da multa aplicada pela CONTRATADA implicará na aplicação da sanção de suspensão temporária de participação em licitações e de impedimento de contratar com a NOVACAP, por um prazo não superior a 2 (dois) anos. Esta sanção adicional visa assegurar que a CONTRATADA cumpra suas obrigações financeiras.

25.2.6. **Combinação de Sanções**

25.2.6.1. As sanções previstas para os procedimentos de advertência e multa podem ser aplicadas juntamente com o procedimento de suspensão. A defesa prévia do interessado no respectivo processo deve ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, permitindo que a CONTRATADA tenha a oportunidade de se manifestar e apresentar suas justificativas.

25.2.7. **Início da Suspensão**

25.2.7.1. O prazo da sanção de suspensão terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Distrito Federal. Esta medida assegura a transparência e a publicidade do processo sancionatório.

25.2.8. **Efeitos da Suspensão**

25.2.8.1. A sanção de suspensão implica, durante sua vigência, na suspensão do registro cadastral da CONTRATADA, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral. Este efeito visa limitar a capacidade da CONTRATADA de participar em novas licitações e contratos, reforçando a importância do cumprimento das obrigações contratuais.

25.2.9. **Agravamento da Sanção por Reincidência**

25.2.9.1. A reincidência de atos puníveis com a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NOVACAP, ocorrida em período inferior a 2 (dois) anos a contar do término da primeira punição, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada. Esta medida visa desestimular a repetição de infrações e assegurar o cumprimento das normas contratuais.

25.2.10. **Da Descrição da Multa**

25.2.10.1. **Tipos de Multa**

I - As multas aplicáveis podem ser moratórias e/ou compensatórias como consta no Art. 259 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, *ipsis litteris*:

(...)

Art. 259. A multa será moratória e/ou compensatória, conforme os seguintes percentuais:

I – 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou da nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela NOVACAP, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato ou da nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V – até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

(...)

26. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

26.1. A verificação do fornecimento das peças / materiais será realizada para garantir que estas estejam em conformidade com o contrato, respeitando-se o princípio de segregação das funções.

26.2. Esta fiscalização será conduzida por um ou mais representantes designados pela CONTRATANTE, de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos (RLC) da NOVACAP e a Lei nº 13.303/2016.

26.3. Os representantes da CONTRATANTE devem possuir a qualificação adequada para acompanhar, conferir e realizar o recebimento.

26.4. A aceitação final dos materiais será baseada nos critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

26.5. Caso a CONTRATADA não cumpra total ou parcialmente as suas obrigações e responsabilidades, serão aplicadas as sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, conforme os artigos 252 a 262 do RLC da NOVACAP.

26.6. Durante a execução do contrato, o fiscal ou executor designado deverá monitorar a entrega dos materiais, garantindo que a qualidade e a conformidade estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

26.7. A fiscalização mencionada nesta cláusula não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades, incluindo defeitos técnicos, vícios redibitórios ou uso de materiais inadequados ou de qualidade inferior. Em tais casos, a CONTRATANTE e seus agentes, gestores e fiscais não serão corresponsáveis, conforme o art. 76 da Lei nº 13.303/2016.

27. **RECURSOS E ARBITRAGENS**

27.1. Interposição de Recursos

27.1.1. A CONTRATADA poderá interpor recurso junto à CONTRATANTE para obter decisões superiores, caso se sinta prejudicada por qualquer decisão da FISCALIZAÇÃO sobre assuntos não previstos no Termo de Referência ou no Contrato de que faz parte.

27.2. Prazo para Interposição de Recursos

27.2.1. Os recursos deverão ser interpostos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da ciência da decisão a ser contestada. A CONTRATANTE analisará o recurso e emitirá uma decisão dentro de um prazo razoável, notificando a CONTRATADA sobre o resultado.

27.3. Procedimento para Interposição de Recursos

27.3.1. A CONTRATADA deverá formalizar o recurso por escrito, detalhando os motivos da contestação e apresentando as evidências e argumentos necessários para a reavaliação da decisão. O recurso deverá ser protocolado junto à CONTRATANTE, que designará uma comissão ou representante para analisar o pleito.

27.4. Análise e Decisão

27.4.1. A CONTRATANTE analisará o recurso interposto pela CONTRATADA e tomará uma decisão fundamentada, levando em consideração os argumentos e evidências apresentados. A decisão será comunicada à CONTRATADA de forma oficial, e esta deverá acatar a determinação ou, se necessário, buscar outras instâncias de resolução.

27.5. Resolução de Conflitos

27.5.0.1. Na hipótese de persistirem divergências após a decisão sobre o recurso, as partes poderão recorrer aos órgãos de controle e supervisão competentes, de acordo com a legislação aplicável às empresas públicas.

28. MATRIZ DE RISCOS

28.1. O **mapa de riscos** na aquisição de materiais pela Administração Pública é uma ferramenta de análise utilizada para identificar, avaliar e mitigar os riscos envolvidos no processo de compras governamentais. Ele permite prever dificuldades que possam comprometer a efetividade da contratação e o alcance dos resultados esperados.

28.2. Esse documento deve conter a identificação dos principais riscos, considerando sua natureza e impacto, além de prever medidas preventivas e ações de contingência destinadas a minimizar possíveis problemas. O gerenciamento de riscos ocorre em todas as fases do processo, desde o planejamento da contratação até a execução e gestão contratual.

28.3. O mapa de riscos está disponível por meio de link em formato PDF, garantindo a integridade das informações devido à sua extensão e nível de detalhamento, conforme especificado no item 7 – DOCUMENTOS TÉCNICOS, deste Termo de Referência.

28.4. Nos termos da **matriz de riscos contratual**, a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações assumidas recai integralmente sobre a CONTRATADA, cabendo-lhe suportar todas as consequências decorrentes da inexecução ou execução inadequada do objeto, respondendo plena e exclusivamente pelos prejuízos causados.

28.5. As sanções administrativas aplicáveis serão direcionadas de acordo com a alocação de riscos previamente definida, de modo a assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a proteção do interesse público.

28.6. **Ressalta-se, entretanto, que a aplicação de penalidades não se limita às disposições da matriz de riscos**, podendo abranger quaisquer hipóteses de descumprimento contratual previstas na legislação vigente, em normas regulamentares e no próprio instrumento contratual.

28.7. Na hipótese de ocorrência de qualquer evento previsto no Mapa de Risco, a **CONTRATADA deverá comunicar formalmente à NOVACAP no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, apresentando **relatório circunstanciado** contendo as **medidas corretivas e preventivas adotadas**.

29. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 1995. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8945.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995. Art. 28 estabelece reajuste anual para contratos. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19069.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011. Instituir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112440.htm (acesso em: 18/03/2021).

BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponibilizado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113303.htm (acesso em: 18/03/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Lei nº 4.611, de 09 de agosto de 2011. Regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/69028/Lei_4611_09_08_2011.html (acesso em: 15/07/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Lei nº 6.112/2018, de 02 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a implementação de Programa de Integridade em pessoas jurídicas que firmem relação contratual de qualquer natureza com a administração pública do Distrito Federal. Disponibilizado em:

http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/3bf29283d9ea42ce9b8feff3d4fa253e/Lei_6112_02_02_2018.html. (acesso em: 15/07/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Decreto nº 32.598/2010, de 15 de dezembro de 2010. Aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77172/Decreto_35592_02_07_2014.html. (acesso em: 18/03/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Decreto nº 35.592, de 2 de julho de 2014. Regulamenta o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/77172/Decreto_35592_02_07_2014.html. (acesso em: 18/03/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Decreto nº 39.103, de 6 de junho de 2018. Regulamenta, no âmbito do Distrito Federal, o Sistema de Registro de Preços. Disponibilizado em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/9540b9b3b6a54ae6877c1326b04d4fd9/Decreto_39103_06_06_2018.html. (acesso em: 18/03/2021).

DISTRITO FEDERAL (Brasil), Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - Unidade de Administração Geral. Cartilha do Executor de Contrato / Unidade de Administração Geral – Brasília: SEPLAG, 2010. Revisada. 62p. 1. Execução de Contrato. I. Título Disponibilizado em: http://www.seplag.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/Manual_Suag_cartilha-executor.pdf (acesso em 18/03/2021).

NOVACAP, Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Regulamento de Licitações e Contratos. Instrumento normativo elaborado pelo grupo de trabalho, constituído pelo Diretor-Presidente da NOVACAP, por meio da Instrução nº 831/2019, de 26 de novembro de 2019, e aprovado pelo Conselho de Administração desta Companhia na solenidade da 2.506ª reunião ordinária realizada em 03 de junho de 2020. Disponibilizado em: <http://www.novacap.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Regulamento-de-Licita%C3%A7%C3%B5es-e-Contratos-21-07-2020.pdf> (acesso em 18/03/2021).

TCU, Tribunal de Contas da União. Decisão Normativa nº 1.502/2018, de 30 de outubro de 2012. Dispõe que sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória. Disponibilizado em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/acord%25C3%25A3o%25201502%2520F2018/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520> (acesso em: 18/03/2021).

30. ELABORAÇÃO DOS TRABALHOS

Edervan Gomes de Oliveira - matrícula: 74.930-3

Maurílio Tiberi Caldas - matrícula: 75.118-9

Roberto Perrella - matrícula: 74.806-4

31. MANIFESTAÇÃO DE APROVAÇÃO DO DEPARTAMENTO

Giancarlo Ferreira Manfrin - matrícula: 74.907-7



Documento assinado eletronicamente por **MAURILIO TIBERI CALDAS - Matr.0075118-9, Chefe da Divisão de Produção de Material**, em 09/12/2025, às 07:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDERVAN GOMES DE OLIVEIRA - Matr.0074930-3, Técnico em Edificações**, em 09/12/2025, às 07:59, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO PERRELLA - Matr.0074806-4, Engenheiro**, em 09/12/2025, às 08:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **GIANCARLO FERREIRA MANFRIN - Matr.0074907-9, Chefe do Departamento de Urbanização**, em 09/12/2025, às 09:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **189236092** código CRC= **286D982C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br